

RESOLUÇÃO ANA Nº 242, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
Documento nº 0011482

Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso III, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, torna público que, em sua 993ª Reunião Administrativa Ordinária, realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2025, com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.001034/2001-95, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na forma dos anexos I e II, desta Resolução, respectivamente.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Resolução ANA nº 104, de 8 de outubro de 2021, publicada no DOU de 14 de outubro de 2021, seção 1, páginas 18 a 33;

II - a Resolução ANA nº 136, de 7 de dezembro de 2022, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2022, seção 1, páginas 66 a 82; e

III - a Resolução ANA nº 208, de 9 de setembro de 2024, publicada no DOU de 11 de setembro de 2024, seção 1, página 34.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 28 de fevereiro de 2025.

(assinado eletronicamente)
VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS
Diretora-Presidente

(assinado eletronicamente)
ANA CAROLINA ARGOLO
Diretora

(assinado eletronicamente)
MARCELO JORGE MEDEIROS
Diretor

(assinado eletronicamente)
MARCO JOSÉ MELO NEVES
Diretor

(assinado eletronicamente)
NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO
Diretor

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia sob regime especial dotada de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, e caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 10.639, de 1º de março de 2021, vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, tem por finalidade implementar, no âmbito de suas competências, a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e instituir normas de referência para a regulação de serviços públicos de saneamento básico, observando as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. A ANA tem sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar Unidades Administrativas Regionais – UARs.

Art. 2º A atuação da ANA obedece aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da PNRH e da Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, e é desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SINGREH, cabendo-lhe as atribuições constantes das leis nº 9.433, de 1997, nº 9.984, de 2000, nº 10.881, de 9 de junho de 2004, nº [11.445, de 2007](#), e nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A ANA tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria Colegiada:

a) unidades de suporte à decisão:

1. Secretaria-Geral – SGE;
2. Procuradoria Federal – PFA;
3. Auditoria Interna – AUD;
4. Ouvidoria – OUV; e
5. Corregedoria – COR;

b) unidades de suporte à gestão:

1. Assessoria Especial de Governança – ASGOV; e
2. Assessoria Especial de Qualidade Regulatória – ASREG;

c) unidades de suporte à representação:

1. Assessoria Especial Internacional – ASINT;
2. Assessoria Especial de Comunicação Social – ASCOM; e
3. Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares – ASPAR.

II - superintendências:

a) Superintendência de Apoio ao SINGREH e às Agências Infranacionais de

Regulação do Saneamento Básico – SAS;

- b) Superintendência de Planos, Programas e Projetos – SPP;
- c) Superintendência de Estudos Hídricos e Socioeconômicos – SHE;
- d) Superintendência de Tecnologia da Informação – STI;
- e) Superintendência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos – SRE;
- f) Superintendência de Regulação de Serviços Hídricos e Segurança de Barragens –

SRB;

- g) Superintendência de Fiscalização – SFI;
- h) Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH;
- i) Superintendência de Operações e Eventos Críticos – SOE;
- j) Superintendência de Regulação de Saneamento Básico – SSB; e
- k) Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF.

III - unidades de assessoramento direto:

- a) Gabinete do Diretor-Presidente – GAB; e
- b) Gabinetes dos Diretores – GAB-DIR.

§ 1º As unidades de assessoramento direto dos diretores, incluindo-se a do Diretor-Presidente, são subordinadas ao respectivo dirigente.

§ 2º As superintendências, bem como as unidades de suporte à decisão, à gestão e à representação são subordinadas à Diretoria Colegiada.

§ 3º A ANA poderá contar com Unidades Administrativas Regionais - UARs em sua estrutura, as quais serão criadas e extintas por ato da Diretoria Colegiada, desde que não acarretem aumento de despesas.

§ 4º O ato que criar uma UAR definirá sua localidade e sua área de atuação, bem como fixar-lhe-á a organização, os objetivos, a subordinação e o respectivo quadro de lotação de pessoal.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA COLEGIADA E DOS DIRETORES

Seção I

Da composição da Diretoria Colegiada

Art. 4º A ANA será dirigida por Diretoria Colegiada composta de cinco membros, sendo quatro Diretores e um Diretor-Presidente, assim nomeados pelo Presidente da República, com mandatos não coincidentes de cinco anos, vedada a recondução, observado o disposto na [Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e na Lei nº 13.848, de 2019](#).

Parágrafo único. O Diretor-Presidente designará seu substituto legal em ato específico.

Seção II

Das competências da Diretoria Colegiada

Art. 5º À Diretoria Colegiada compete examinar, discutir, decidir e aprovar, em instância única ou final, as matérias de competência da ANA e, em especial:

I - examinar e decidir sobre matérias de competência da ANA, de forma isolada ou em conjunto com outras instituições;

II - examinar e decidir sobre normas relacionadas à regulação de usos de recursos hídricos;

III - examinar e decidir sobre os pedidos de outorga de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União;

IV - examinar e decidir sobre os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH em corpos de água de domínio da União;

V - definir as condições de operação de reservatórios, na forma do art. 4º, inciso XII e § 3º, da Lei nº 9.984, de 2000;

VI - examinar e decidir sobre normas relacionadas à prestação de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e de serviços de adução de água bruta que envolvam recursos hídricos de domínio da União, inclusive mediante a fixação de padrões de eficiência e das tarifas para prestação do respectivo serviço;

VII - examinar e decidir sobre normas de referência para a regulação de serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 2007;

VIII - examinar e decidir sobre normas relacionadas à segurança de barragens sob jurisdição da ANA e encaminhar o relatório de segurança de barragens ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH;

IX - examinar, decidir e estabelecer parâmetros nacionais sobre classificação de barragens, por categoria de risco, dano potencial associado e volume, das quais a ANA seja agente fiscalizador, nos termos da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010;

X - manifestar-se, em relação ao relatório de Análise de Impacto Regulatório – AIR, sobre a adequação da proposta de ato normativo aos objetivos pretendidos, indicando se os impactos estimados recomendam sua adoção e, quando for o caso, quais os complementos necessários em conformidade com os normativos vigentes;

XI - manifestar-se sobre a Avaliação de Resultado Regulatório – ARR e suas recomendações;

XII - examinar e decidir sobre os protocolos de compromisso decorrentes de ações de fiscalização;

XIII - decidir sobre instalação dos processos de participação de interessados para formação de juízo e tomada de decisão sobre matéria considerada relevante;

XIV - cumprir e fazer cumprir as normas relativas ao SINGREH;

XV - examinar e decidir sobre proposta de delegação de atividades, inclusive das fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, observada a legislação pertinente;

XVI - encaminhar ao Poder Executivo proposta de descentralização das atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União, excetuada a infraestrutura componente do Sistema Interligado Nacional – SIN, gerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e dos aproveitamentos hidrelétricos que não operem interligados;

XVII - delegar internamente o processo de decisão, garantido o direito ao reexame das decisões delegadas;

XVIII - propor políticas, diretrizes e ações governamentais destinadas a permitir à ANA o cumprimento de seus objetivos, atribuições e competências;

XIX - examinar e decidir sobre os pedidos de emissão dos Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOHs;

XX - declarar a situação crítica de escassez quantitativa ou qualitativa de recursos hídricos nos corpos hídricos que impacte o atendimento aos usos múltiplos localizados em rios de domínio da União, por prazo determinado, com base em estudos e dados de monitoramento.

XXI - estabelecer regras de uso da água e promover a fiscalização do seu cumprimento, a fim de assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração de situação crítica de escassez de recursos hídricos a que se refere o inciso XX;

XXII - aplicar preços unitários pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, em conformidade com resolução do CNRH para a correspondente bacia hidrográfica;

XXIII - arbitrar, com o apoio da PFA, desde que instada pelos legítimos interessados, os conflitos que envolvam a interpretação e a aplicação das normas de referência da ANA sobre saneamento básico;

XXIV - arbitrar, desde que instada pelos legítimos interessados, os conflitos referentes aos usos de recursos hídricos de domínio da União, ouvidos, onde houver, os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs;

XXV - delegar, de forma conjunta, à SSB e à PFA a competência para recepcionar, admitir, coordenar e encaminhar, quando viável, a solução de conflitos, que envolvam a interpretação e a aplicação das normas de referência da ANA sobre o saneamento básico, por conciliação ou mediação, a pedido dos legalmente legitimados;

XXVI - exercer a administração da ANA;

XXVII - aprovar o Regimento Interno da ANA;

XXVIII - aprovar o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, o Plano de Gestão Anual – PGA, a Agenda Regulatória, a Agenda de ARR, o Plano de Gestão de Riscos – PGR e outros instrumentos de planejamento institucional que contribuam para a atuação da ANA;

XXIX - manifestar-se em relação aos relatórios do Ouvidor-Geral, nos termos do art. 22, § 4º, da Lei 13.848, de 2019;

XXX - elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades da ANA;

XXXI - decidir pela venda, cessão ou aluguel de bens integrantes do patrimônio da ANA;

XXXII - aprovar a celebração de contratos, convênios e acordos em que a ANA intervenha ou seja parte, dispensados os aditamentos que não envolvam recursos financeiros adicionais e as contratações com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

XXXIII - encaminhar os demonstrativos contábeis da ANA aos órgãos competentes;

XXXIV - julgar, em última instância, os recursos administrativos no âmbito da ANA;

XXXV - exercer o papel de instância superior e recursal das decisões tomadas no exercício de competências fiscalizatórias e sancionatórias delegadas;

XXXVI - decidir sobre a realização de concursos, nacionais ou regionais, inclusive mediante a atribuição de premiação;

XXXVII - submeter a proposta de orçamento da ANA ao órgão competente da administração federal;

XXXVIII - aprovar alterações dos quantitativos e da distribuição dos seguintes cargos em comissão:

a) Cargo Comissionado de Gerência Executiva – CGE;

b) Cargo Comissionado de Assessoria – CA;

c) Cargo Comissionado de Assistência – CAS; e

d) Cargo Comissionado Técnico – CCT.

XXXIX - aprovar políticas administrativas internas de recursos humanos, inclusive sobre capacitação profissional, avaliação de desempenho, programa de gestão e qualidade de

vida;

XL - aprovar a criação e a instalação de UAR;

XLI - indicar as representações da ANA nos órgãos colegiados;

XLII - instituir Comissão de Ética, em consonância com a legislação vigente, cujo funcionamento será fixado em regimento próprio aprovado pela Diretoria Colegiada;

XLIII - apoiar a elaboração e aprovar os termos do Código de Ética da ANA;

XLIV - promover práticas de gestão de riscos e de controle interno; e

XLV - aprovar programa de integridade, com o objetivo de propiciar a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta.

§ 1º A Diretoria Colegiada, com base nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, poderá adotar medidas não previstas neste Regimento a fim de garantir o cumprimento de suas atribuições institucionais.

§ 2º Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DECISÓRIO

Art. 6º A atuação da ANA pauta-se por planejamento, transparência, integridade, participação dos interessados no processo regulatório e uso de instrumentos de apoio à decisão baseada em evidências, com indicação dos pressupostos de fato e de direito, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos.

Art. 7º Os principais instrumentos de planejamento da ANA são:

I - Planejamento Estratégico Institucional – PEI, compatível com o Plano Plurianual – PPA;

II - Plano de Gestão Anual – PGA, alinhado ao PEI; e

III - Agenda Regulatória, como planejamento da atividade normativa e parte integrante do PGA.

§ 1º Todos os demais instrumentos de planejamento da ANA devem alinhar-se àqueles identificados neste artigo.

§ 2º A metodologia de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento será disciplinada em normativo específico.

Art. 8º O funcionamento da ANA deve ser desenvolvido de forma sistêmica e articulada entre suas Unidades Organizacionais – UORGs, por meio de processos organizacionais, que são parte integrante da gestão administrativa e base de apoio e de instrução às decisões da Diretoria Colegiada.

Art. 9º O detalhamento do processo decisório da ANA será disciplinado em atos normativos complementares.

Art. 10. A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, das entidades reguladoras infranacionais do setor de saneamento, dos entes do SINGREH ou dos usuários de recursos hídricos, relacionadas às atribuições finalísticas da ANA, serão precedidas da realização de AIR, nos termos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.

Parágrafo único. Os atos normativos referidos no *caput* poderão ser submetidos a ARR.

Art. 11. A Diretoria Colegiada poderá instituir por ato próprio, instâncias colegiadas, comissões e Grupo de Trabalho para estudo e exame de matérias a serem objeto de apreciação.

Seção I

Dos processos de participação de interessados

Art. 12. As deliberações da Diretoria Colegiada referentes ao art. 10 serão precedidas de processos de participação de interessados com o objetivo de:

I - recolher subsídios e informações;

II - propiciar aos interessados envolvidos a possibilidade de encaminhamento de opiniões e sugestões;

III - identificar, da forma mais ampla possível, os aspectos relevantes da matéria objeto do processo de participação; e

IV - dar publicidade às ações da ANA.

Art. 13. Os meios de participação de interessados que subsidiarão as decisões da Diretoria Colegiada são:

I - consulta pública;

II - audiência pública; e

III - outros meios de participação de interessados, tais como tomada de subsídios, salas de crise, de monitoramento e acompanhamento, reuniões públicas de alocação de água, reuniões públicas com interessados, observatórios e grupos técnicos de acompanhamento, além de processos de consulta e participação estabelecidos no âmbito do SINGREH.

Parágrafo único. Os meios de participação de interessados poderão ser disciplinados por regramentos específicos e poderão ser ampliados, nos termos da Lei nº 13.848, de 2019.

Seção II

Das reuniões da Diretoria Colegiada

Art. 14. As Reuniões da Diretoria Colegiada – DIRECs, para tomada de decisão, são realizadas em duas modalidades:

I - Reunião Deliberativa – DIREC DLB, reunião pública da Diretoria Colegiada na qual são deliberadas matérias que impactam os interesses dos agentes econômicos, das entidades reguladoras infranacionais do setor de saneamento básico, dos usuários de recursos hídricos e dos entes do SINGREH; e

II - Reunião Administrativa – DIREC ADM: reunião que objetiva a tomada de decisão acerca de matérias de natureza administrativa.

§ 1º Matérias com acesso restrito ou com documentos classificados em grau de sigilo serão tratadas nos termos da legislação vigente.

§ 2º Os procedimentos para organização e funcionamento da DIREC DLB e DIREC ADM serão disciplinados em ato normativo específico.

Art. 15. O processo de decisão da ANA terá caráter colegiado e a Diretoria Colegiada deliberará por maioria absoluta dos votos de seus membros.

§ 1º As DIRECs ocorrerão com a presença de, pelo menos, três Diretores, dentre eles o Diretor-Presidente ou seu substituto legal.

§ 2º O Procurador-Chefe participará das DIRECs.

§ 3º As pautas das DIRECs serão aprovadas pelo Diretor-Presidente, ou, em suas

ausências ou impedimentos, por seu substituto legal.

§ 4º As DIRECs serão realizadas, preferencialmente, na sede da ANA.

Art. 16. As DIRECs serão presididas pelo Diretor-Presidente ou, em suas ausências ou impedimentos, por seu substituto legal.

Art. 17. A Diretoria Colegiada reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com calendário disponibilizado no sítio eletrônico da ANA e, extraordinariamente, mediante convocação formal do Diretor-Presidente ou de seu substituto legal, contendo a pauta, a data e o horário.

Art. 18. As DIRECs DLB serão públicas e gravadas em meio eletrônico.

§ 1º A pauta da DIREC DLB deverá ser divulgada no sítio eletrônico da ANA com antecedência mínima de três dias úteis.

§ 2º Somente poderá ser deliberada matéria que conste da pauta de reunião divulgada na forma do § 1º.

§ 3º A gravação de cada DIREC DLB deverá ser disponibilizada aos interessados na sede da ANA e no respectivo sítio eletrônico em até quinze dias úteis após o encerramento da reunião.

§ 4º Não se aplica o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo às matérias urgentes e relevantes, a critério do Diretor-Presidente, cuja deliberação não possa submeter-se aos prazos neles estabelecidos.

Art. 19. A matéria objeto de relato será distribuída pela SGE a um Diretor, por meio de sorteio.

§ 1º O relator poderá solicitar ao Diretor-Presidente a redistribuição da matéria, com a devida motivação nos autos.

§ 2º O Diretor poderá solicitar ao Diretor-Presidente a relatoria, com a devida motivação nos autos.

§ 3º O Diretor poderá declarar-se suspeito ou impedido, na forma da lei.

§ 4º O Diretor-Presidente poderá, com a devida motivação nos autos, determinar a redistribuição de matéria para relatoria por outro Diretor.

Art. 20. O processo a ser deliberado pela DIREC deverá ser encaminhado à SGE por Diretor, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a matéria, devidamente contextualizada, incluindo minuta atualizada do ato proposto, quando couber; e

II - anuência expressa do proponente no tocante à instrução processual, ao mérito e à pertinência de deliberação.

Art. 21. O relator deverá encaminhar a matéria para a SGE incluir em pauta de DIREC, em até trinta dias corridos, contados da data de distribuição do processo, podendo solicitar ao Diretor-Presidente prorrogação desse prazo por igual período, quando expressamente motivado.

§ 1º O relator poderá encaminhar o processo para diligência e para fins de coleta ou complementação de informações que entender necessárias para a formação de juízo sobre a matéria.

§ 2º A contagem dos prazos referidos no *caput* deste artigo ficará suspensa enquanto o processo estiver em diligência, devendo, em seguida, retornar ao relator.

Art. 22. A qualquer momento, antes da proclamação do resultado da deliberação sobre a matéria, qualquer Diretor poderá propor sua retirada de pauta.

Parágrafo único. Caso a Diretoria Colegiada aprove a retirada da pauta, a matéria

deverá ser incluída em outra DIREC, até o prazo máximo concedido pelo Colegiado.

Art. 23. O Diretor terá direito a pedir vista de matéria constante da pauta e com relatoria, obedecendo a ordem de votação, sem prejuízo do proferimento de voto, por parte de outro Diretor, antes da proclamação do resultado da votação.

§ 1º. O processo com pedido de vista retornará à pauta em até trinta dias, admitida a prorrogação por igual período, desde que autorizada pelo Colegiado.

§ 2º O Diretor que solicitar vistas de processo deverá apresentar relato e voto no retorno do processo à pauta.

Art. 24. As matérias decididas *ad referendum* constarão da DIREC subsequente, com prioridade na ordem da pauta.

Art. 25. As DIRECs DLB e ADM serão registradas em atas pela SGE e disponibilizadas no respectivo sítio eletrônico da ANA.

Parágrafo único. As atas da DIREC DLB serão disponibilizadas em até cinco dias úteis após sua aprovação pelos Diretores.

CAPÍTULO V

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DE ASSESSORAMENTO DIRETO

Art. 26. Ao Gabinete do Diretor-Presidente – GAB compete:

I - prestar assistência direta ao Diretor-Presidente na supervisão e na coordenação das atividades da ANA;

II - prestar assistência ao Diretor-Presidente em sua representação política, social e administrativa;

III - transmitir, aos titulares das UORGs, instruções, orientações e recomendações emanadas do Diretor-Presidente;

IV - orientar e controlar as atividades afetas ao GAB, notadamente, as relativas a assuntos administrativos;

V - acompanhar as atividades envolvidas com relacionamento institucional do Diretor-Presidente;

VI - acompanhar a publicação oficial das matérias relacionadas com as áreas de atuação da ANA, inclusive providenciando a assinatura do Diretor-Presidente, quando necessário;

VII - estabelecer princípios, diretrizes, normas, orientações, governança e responsabilidades para o desenvolvimento de iniciativas pela equidade de gênero, em conformidade com as políticas institucionais; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

§ 1º O GAB será dirigido pelo Chefe de Gabinete.

§ 2º Ao GAB está subordinada a Coordenação de Apoio e Administração – COAAD.

Art. 27. À Coordenação de Apoio e Administração – COAAD compete:

I - assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo de sua pauta de despachos;

II - coordenar, orientar e supervisionar o registro, a tramitação e a guarda de documentos oficiais submetidos ao GAB;

III - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, revisão e expedição de documentos oficiais a serem subscritos pelo Chefe de Gabinete e pelo Diretor-Presidente;

IV - orientar e acompanhar a publicação no Diário Oficial da União – DOU de atos

subscritos pelo Diretor-Presidente e pelas demais autoridades da ANA;

V - coordenar e supervisionar a execução das atividades de apoio administrativo e gestão de pessoal do GAB;

VI - coordenar e supervisionar a execução das atividades de protocolo, arquivo e patrimônio do GAB;

VII - coordenar e orientar a execução das atividades de suprimento e apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades do GAB; e

VIII - adotar medidas destinadas a garantir o sigilo e a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos ao Diretor-Presidente.

Art. 28. Ao Comitê Pró-Equidade de Gênero, vinculado ao Gabinete do Diretor-Presidente, compete:

I - contribuir para a articulação das ações da ANA em diversos espaços institucionais, internos e externos, que tratam de políticas de gênero;

II - propor estudos técnicos para produção de informações e conhecimento sobre o tema;

III - acompanhar e subsidiar a avaliação do cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM;

IV - contribuir para a articulação entre as diversas Unidades Organizacionais - UORGs da ANA com vistas à implementação do PNPM;

V - contribuir para erradicar desigualdades de gênero, sem deixar de perceber diferenças;

VI - colaborar para a formulação e implementação de estratégias que concorram para a equidade de gênero nas esferas internas da ANA;

VII - propor à DIREC-ANA a adoção de medidas que tenham como intuito erradicar qualquer forma de discriminação com base em gênero ou orientação sexual e eliminar obstáculos à plena participação de mulheres em todas as esferas;

VIII - propor a realização de ações de capacitação, sensibilização e mobilização com intuito de diminuir assimetrias de conhecimento e promover a efetivação dos direitos de mulheres e da igualdade de gênero em todas as esferas;

IX - promover, junto às UORGs da ANA, a inclusão do tema gênero em suas atividades internas e externas, tais como publicações, planos, projetos;

X - propor à DIREC indicação de representantes junto aos órgãos e entidades que tenham relação com a temática;

XI - estimular e participar de relações de cooperação sobre o tema gênero com organismos nacionais e internacionais;

XII - cooperar, no que couber, com as UORGs competentes por coletar, consolidar e divulgar informações e atividades desenvolvidas pela ANA, referentes às questões de gênero, em especial naquilo que consta das linhas do PPA/PNPM;

XIII - propor à DIREC revisões de procedimentos internos de forma a adequá-los ao estabelecido na PNPM e demais orientações relativas ao tema.

Art. 29. A cada Gabinete de Diretor – GAB-DIR compete:

I - prestar assistência direta ao Diretor na coordenação das atividades da ANA;

II - prestar assistência ao Diretor em sua representação política, social e administrativa;

III - transmitir, aos titulares das UORGs, instruções, orientações e recomendações

emanadas do Diretor;

IV - orientar e controlar as atividades afetas ao GAB-DIR, notadamente as relativas a assuntos administrativos;

V - acompanhar as atividades envolvidas com o relacionamento institucional do Diretor;

VI – acompanhar a publicação no Diário Oficial da União – DOU dos atos emitidos pela ANA; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Parágrafo único. Cada GAB-DIR será dirigido por seu respectivo Coordenador de Gabinete.

CAPÍTULO VI

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DE SUPORTE À DIRETORIA COLEGIADA

Seção I

Das unidades de suporte à decisão

Art. 30. À Secretaria-Geral – SGE compete:

I - estruturar e organizar as DIRECs;

II - exercer atividades de secretariado das DIRECs;

III – dar conhecimento público sobre as deliberações da Diretoria Colegiada;

IV - promover mecanismos para que o processo de tomada de decisões da Diretoria Colegiada seja realizado de forma eficiente, pautado na transparência e na participação social;

V – apoiar a realização de consultas e audiências públicas, e outros meios de participação de interessados para as decisões da Diretoria Colegiada;

VI - coordenar o assessoramento a ser prestado pelos GAB-DIR e pelas assessorias especiais à Diretoria Colegiada;

VII - apoiar a atuação das representações institucionais da ANA;

VIII - realizar o controle de qualidade de atos normativos apreciados pela Diretoria Colegiada, em atendimento às normas vigentes;

IX - realizar a triagem e os encaminhamentos dos documentos recebidos pela ANA, no protocolo central, bem como monitorar as respostas aos demandantes;

X - exercer a secretaria-executiva do Comitê de Editoração da ANA;

XI – apoiar a elaboração e a divulgação das publicações institucionais da ANA;

XII - apoiar a elaboração do relatório de gestão, do relatório anual de atividades e do processo de prestação de contas anual da ANA ao Tribunal de Contas da União – TCU;

XIII – providenciar a publicação oficial de matérias relacionadas com a área de atuação da ANA;

XIV - supervisionar as atividades relacionadas à documentação, ao protocolo e ao arquivo;

XV - administrar o acervo bibliográfico da Agência;

XVI – implementar o programa de governança e gestão da proteção de dados pessoais; e

XVII - prestar suporte administrativo nas atividades junto ao CNRH;

Parágrafo único. À SGE estão subordinadas a Gerência Executiva de Apoio ao Processo Decisório – GEPDE, a Coordenação de Proteção de Dados Pessoais – COPDA e a Coordenação do Centro de Documentação – CEDOC.

Art. 31. À Gerência Executiva de Apoio ao Processo Decisório – GEPDE compete:

I – organizar as pautas e registrar em atas os resultados das deliberações das DIRECs;

II – acompanhar o cumprimento das deliberações da Diretoria Colegiada;

III – acompanhar os procedimentos para a realização de consultas e audiências públicas, e outros meios de participação de interessados para as decisões da Diretoria Colegiada; e

IV - providenciar a emissão de passaportes e vistos para servidores e Diretores que representarem a ANA em missões internacionais;

Parágrafo único. À GEPDE estão subordinadas a Coordenação de Suporte às Reuniões da Diretoria Colegiada – COSDI e a Coordenação de Gestão de Publicações – COPUB.

Art. 32. À Coordenação de Suporte às Reuniões da Diretoria Colegiada – COSDI compete:

I - definir, consolidar e disponibilizar na intranet os fluxos processuais de matérias a serem submetidas à deliberação da Diretoria Colegiada, com os requisitos a serem atendidos, bem como manter suas atualizações;

II - verificar a adequação da instrução do processo administrativo relativo às matérias a serem deliberadas pela Diretoria Colegiada com o fluxo processual específico;

III - realizar articulação com as demais UORGs para prestação de assessoramento técnico à Diretoria Colegiada;

IV - coordenar o assessoramento administrativo a ser prestado à Diretoria Colegiada;

V - expedir convocações, pautas, notificações, despachos, atas e comunicados relacionados às DIRECs;

VI – realizar a distribuição de processos para relatoria pelos Diretores;

VII - receber os pedidos de sustentação oral a serem realizados em DIREC DLB e dar os encaminhamentos necessários;

VIII - monitorar o cumprimento das decisões e determinações da Diretoria Colegiada; e

IX - acompanhar administrativamente as representações institucionais da ANA.

Art. 33. À Coordenação de Gestão de Publicações - COPUB compete:

I - realizar a triagem, o exame e o encaminhamento de documentos recebidos pelo sistema de protocolo da ANA, bem como monitoramento às respostas a demandantes;

II - dar publicidade às decisões da DIREC no sítio eletrônico da ANA;

III - apoiar as atividades para publicação oficial das matérias relacionadas com a área de atuação da ANA;

IV - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades do Comitê de Editoração da ANA, conforme competências estabelecidas em normativo específico;

V - apoiar a elaboração e a divulgação das publicações institucionais da ANA;

VI - manter atualizadas as resoluções da ANA no sítio eletrônico da Agência;

VII – monitorar os Sistemas de Gestão de Resoluções e Publicações; e

VIII - prestar suporte administrativo nas atividades junto ao CNRH.

Art. 34. À Coordenação de Proteção de Dados Pessoais – COPDA compete:

I – implementar programa de governança em privacidade;

II – auxiliar na operação de compliance em proteção de dados pessoais, em especial nas questões de segurança da informação;

III - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

IV - orientar servidores e colaboradores da Agência a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

V - atuar em conjunto com os agentes de tratamento de dados para garantir o fiel cumprimento da legislação;

IV - dar o suporte na elaboração de procedimentos e protocolos internos para ações relacionadas ao tratamento de dados pessoais e proteção à privacidade;

V - atuar no monitoramento da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Art. 35. À Coordenação do Centro de Documentação – CEDOC compete:

I - gerir a política de documentação da ANA, garantindo a recuperação da informação, o acesso a documentos e a preservação de sua memória;

II - normalizar e coordenar os procedimentos de recebimento, registro, produção, expedição, tramitação, arquivamento, avaliação, eliminação, consulta, empréstimo, digitalização, certificação digital, automação de fluxos de trabalho e processamento eletrônico de formulários e documentos de arquivo, bem como os de aquisição, intercâmbio, tratamento, alimentação de base de dados, empréstimo e avaliação de documentos bibliográficos;

III - executar, por intermédio de suas divisões, as atividades pertinentes ao protocolo e à expedição, ao arquivo central e à biblioteca;

IV - definir e gerenciar os sistemas eletrônicos de gestão de documentos arquivísticos, bibliográficos e de apresentações institucionais, no âmbito da ANA, e orientar a gestão e a preservação dos documentos digitais;

V - orientar a aplicação do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos da ANA, e presidir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPADOC;

VI - atender a pedidos de informação do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/ANA, no tocante à informação classificada ou desclassificada em grau de sigilo e às solicitações de pedidos de cópias e de vista de documentos e processos, no âmbito interno e externo à ANA;

VII - planejar e coordenar o treinamento e a capacitação e prestar apoio aos servidores e responsáveis pelos arquivos setoriais das UORGs, no sistema informatizado de gestão arquivística de documentos; e

VIII - apoiar a atividade de curadoria da memória institucional da ANA;

Parágrafo único. Ao CEDOC estão subordinadas a Divisão de Protocolo e Expedição – DPROE, a Divisão de Arquivo Central – DIARQ e a Divisão de Biblioteca – DIBIB.

Art. 36. À Procuradoria Federal junto à ANA - PFA, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da ANA;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação da ANA quando não houver

orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com as demais unidades organizacionais, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas à Diretoria Colegiada;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir manifestação jurídica conclusiva sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir a Diretoria Colegiada e demais autoridades no controle interno da legalidade administrativa dos atos da ANA;

VI - fornecer subsídios para atuação dos demais órgãos jurídicos integrantes da Procuradoria-Geral Federal nos assuntos de sua competência;

VII - exercer a representação judicial da ANA com as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, nas hipóteses em que não seja de competência da Procuradoria-Geral Federal, nos termos da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

VIII - atuar na representação extrajudicial da ANA e dos agentes públicos, respeitadas as orientações da Advocacia-Geral da União e a competência dos demais órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal;

IX - zelar pelo cumprimento e observância das orientações emanadas dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

X - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito da ANA;

a) os editais de licitação e seus respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem celebrados e publicados;

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação; e

c) os editais para realização de concursos públicos ou processos seletivos;

XI - apurar a liquidez e certeza dos créditos da ANA, de qualquer natureza, em cooperação com o órgão jurídico competente da Procuradoria-Geral Federal, para fins de inscrição em dívida ativa e cobrança amigável, judicial e extrajudicial; e

XII - receber intimações e notificações judiciais e extrajudiciais dirigidas à ANA.

§ 1º No exercício de suas funções, a PFA poderá ter acesso irrestrito a processos, dados e informações disponíveis nas demais unidades organizacionais da ANA.

§ 2º A manifestação jurídica da PFA, aprovada pela Diretoria Colegiada ou pelo Diretor-Presidente, este no âmbito de suas atribuições, vincula todas as UORGs.

§ 3º A revisão interna de manifestação da PFA será formalmente solicitada ao Procurador-Geral, à exceção da hipótese referida no § 2º, quando a solicitação será encaminhada à Diretoria Colegiada ou ao Diretor-Presidente, conforme o caso, que, admitindo-a, encaminhará a matéria ao conhecimento da PFA para análise e manifestação.

§ 4º As iniciativas e os pronunciamentos jurídicos da PFA, em razão de quaisquer das atribuições que lhe são cometidas por este Regimento Interno ou pela legislação em geral, sujeitam-se exclusivamente à fiscalização, à correição, à sindicância e ao processo administrativo disciplinar dos órgãos competentes da PGF e da AGU

§ 5º À PFA estão subordinadas 5 (cinco) coordenações.

Art. 37. O Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à ANA disporá, por ato próprio, acerca da organização da estrutura interna e do funcionamento da PFA, observada a estrutura de cargos aprovada pela Diretoria Colegiada.

Art. 38. À Auditoria Interna - AUD, sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União – CGU, compete:

I - avaliar a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela ANA;

II - acompanhar e avaliar a execução dos programas de governo vinculados à ANA, quanto ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, bem como a adequação do gerenciamento empreendido;

III - assessorar a Diretoria Colegiada, os titulares das UORGs e os coordenadores responsáveis por programas e ações desenvolvidos pela ANA, bem como as unidades auditadas, por meio de prestação de serviços de consultoria e avaliação de processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos;

IV - exercer a interface institucional, coordenando, acompanhando e apoiando os órgãos de controle interno e externo da União, no exercício de sua missão institucional, nas ações junto à ANA ou de seu interesse;

V - examinar a prestação de contas anual da ANA, no que se refere à sua aderência aos normativos que regem a matéria, à conformidade legal dos atos administrativos, ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras e ao atingimento dos objetivos organizacionais;

VI - examinar a prestação de contas anual da ANA e das Entidades Delegatárias de Funções de Agências de Água – EDs, bem como as tomadas de contas especiais e sobre elas emitir parecer prévio;

VII - elaborar e executar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, conforme as normas elaboradas pela CGU;

VIII - elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, conforme as normas elaboradas pela CGU; e

IX - propor as políticas e diretrizes da AUD, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna.

§ 1º A AUD poderá solicitar apoio de servidores efetivos de outras UORGs que detenham conhecimento técnico para apoiar trabalhos específicos da área.

§ 2º O Auditor-Chefe terá livre acesso, no exercício de suas atribuições institucionais, aos documentos e informações necessários ao fiel cumprimento de suas competências.

§ 3º À AUD estão subordinadas a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Auditorias – COPAC e a Coordenação de Auditorias – COAUD.

Art. 39. À Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Auditorias – COPAC compete:

I - acompanhar a implementação das recomendações exaradas pela AUD;

II - coordenar e acompanhar o atendimento às requisições e recomendações expedidas pela CGU;

III - coordenar e monitorar o atendimento às recomendações, requisições e determinações do TCU;

IV - elaborar o PAINT, considerando a avaliação de riscos para fins de planejamento e seleção dos trabalhos;

V - elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN, com as informações sobre a execução do PAINT;

VI - manter a AUD atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna; e

VII - realizar trabalhos de auditoria, a critério do Auditor Chefe, para o cumprimento do PAINT.

Art. 40. À Coordenação de Auditorias – COAUD compete:

I - realizar, consoante o PAINT e de acordo com as técnicas estabelecidas nos normativos internos e da CGU, trabalhos de auditoria de:

- a) avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos na ANA e Entidades Delegatárias das funções de Agências de Água;
- b) avaliação e acompanhamento da gestão nos diversos processos e ações executadas pela ANA;
- c) apuração de eventuais denúncias ou solicitações de órgãos de controle relacionadas às atividades da Auditoria Interna.

II - realizar, consoante o Estatuto de Auditoria Interna e os normativos da CGU, trabalhos de consultoria no âmbito do PAINT;

III - analisar o processo de prestação de contas anual da ANA, emitindo parecer sobre sua aderência aos normativos que regem a matéria, à conformidade legal dos atos administrativos, ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras; e ao atingimento dos objetivos operacionais;

IV - apoiar com informações à elaboração do PAINT e RAINTE;

V - apoiar com informações e análises na avaliação do cumprimento das recomendações;

VI - analisar a prestação de contas anual das Entidades Delegatárias das funções de Agência de Água, emitindo parecer sobre sua aderência aos normativos vigentes; e

VII - analisar as tomadas de contas especiais e sobre elas emitir parecer prévio.

Art. 41. À Ouvidoria - OUV compete:

I - exercer as atividades de ouvidoria da ANA, na forma da legislação em vigor, que trata de suas atribuições, sem cumulação com outras atividades, em especial as que conflitam com as desempenhadas originariamente;

II - acompanhar a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados pela ANA, nos limites de suas atribuições;

III – monitorar, observando suas atribuições, o processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos interessados em face à atuação da ANA;

IV - acompanhar a realização de audiências, consultas públicas e outros meios de participação de interessados, quando demandada;

V – informar em relatório anual ou sempre que necessário a Diretoria Colegiada sobre as questões de maior ocorrência ou repercussão, como forma de subsidiar propostas de melhoria na gestão administrativa e na execução das atividades institucionais da ANA;

VI - exercer as atividades executivas relativas à Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VII - elaborar e encaminhar à Diretoria Colegiada o relatório anual de ouvidoria sobre as atividades da ANA, nos termos do art. 22, § 4º, da Lei nº 13.848, de 2019.

Parágrafo único. À OUV está subordinada a Coordenação de Ouvidoria – COOUV.

Art. 42. À Coordenação de Ouvidoria – COOUV compete:

I - exercer as atividades executivas relativas à Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei

nº 12.527, de 2011;

II - receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações, elogios ou críticas, referentes à atuação das unidades organizacionais e agentes públicos da ANA, no exercício de suas atribuições institucionais;

III - promover as ações necessárias ao esclarecimento das reclamações de denúncias, acompanhando sua tramitação e respondendo aos cidadãos quanto às providências tomadas pela ANA; e

IV - coordenar a elaboração do relatório anual de ouvidoria, sobre as atividades da ANA, e do balanço, relativo às informações da LAI, que deverá estar disposto no sítio eletrônico da ANA, conforme previsão legal.

Art. 43. À Corregedoria - COR, sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da CGU, compete:

I - fiscalizar a legalidade das atividades funcionais dos servidores, dos órgãos e das UORGs;

II - apreciar as denúncias e representações que lhe forem encaminhadas sobre a atuação dos agentes públicos e entes privados, emitir parecer sobre o desempenho dos servidores e opinar, fundamentadamente, quanto à sua confirmação no cargo ou à sua exoneração;

III - realizar correição nos órgãos e unidades, sugerindo as medidas necessárias à racionalização e à eficácia dos serviços;

IV - instaurar e conduzir procedimentos correccionais, investigativos e acusatórios de agentes públicos e entes privados, submetendo-os à Diretoria Colegiada;

V - manter registro atualizado da tramitação e do resultado dos procedimentos e expedientes em curso;

VI - propor a celebração e celebrar Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, dando ciência ao Diretor-Presidente;

VII - promover estudos das informações correccionais e ações educativas e de prevenção de ilícitos, para subsidiar a formulação de estratégias e a mitigação de riscos organizacionais;

VIII - elaborar e publicar ordens de serviço relacionadas à gestão operacional da COR;

IX - encaminhar ao órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – SISCOR dados consolidados e sistematizados, relativos aos procedimentos correccionais, investigativos e acusatórios, bem como à aplicação das respectivas penalidades;

X - coordenar a formulação, a implementação e o monitoramento do programa de integridade na ANA;

XI - propor à Diretoria Colegiada ações integradas visando ao compartilhamento de informações e à disseminação da cultura de integridade pública;

XII - assessorar diretamente a Diretoria Colegiada em questões relacionadas à integridade pública;

XIII - apoiar as ações de capacitação nas áreas de gestão de risco, transparência, integridade pública e correlatas;

XIV - auxiliar as UORGS na interlocução com os órgãos de controle interno e externo sobre assuntos relacionados à correição e à integridade pública; e

XV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.

Parágrafo único. À COR estão subordinadas a Coordenação de Procedimentos

Correcionais – CPROC e a Coordenação de Gestão da Integridade – CGINT.

Art. 44. À Coordenação de Procedimentos Correcionais – CPROC compete:

I - coordenar a execução de correições:

a) ordinárias, visando à racionalização e à eficácia dos serviços executados no âmbito da ANA; e

b) extraordinárias, visando à identificação da regularidade dos serviços prestados, diante de situação que imponha o poder-dever de controle dos atos praticados.

II - submeter ao Corregedor-Geral os relatórios de correições;

III - promover diligências relativas à atividade correcional;

IV - propor ao Corregedor-Geral políticas, diretrizes e planejamento das atividades de correição, bem como indicadores e metas de correição;

V - acessar e extrair, no interesse das atividades de correição e de investigação funcional, registros, dados e informações, processados ou não, contidos em sistemas físicos ou informatizados sob gestão da ANA;

VI - elaborar pareceres, relatórios, informações, pesquisas, estudos e outros trabalhos técnicos relativos às atividades correcionais;

VII - conduzir procedimentos correcionais, investigativos e apuratórios de responsabilidade de agentes públicos e entes privados, conferindo o suporte necessário às respectivas comissões constituídas para essa finalidade;

VIII - adotar as providências necessárias à realização de procedimentos correcionais acusatórios, tais como a prorrogação e a recondução de comissões, a substituição dos membros, e a designação de peritos e defensores dativos;

IX - elaborar informações a fim de subsidiar a defesa da ANA e da União em juízo, nas ações relacionadas aos procedimentos correcionais;

X - acompanhar o andamento de ações judiciais relacionadas aos processos de investigação funcional instaurados no âmbito da ANA;

XI - prestar assessoramento ao Corregedor-Geral na análise de processos, coleta de dados e tratamento de informações, assim como oferecer subsídios para a tomada de decisões nos casos relacionados a correições e investigação funcional;

XII - manter o cadastro atualizado e efetuar os registros necessários nos sistemas destinados à gestão do sistema correcional administrados pela CGU;

XIII - propor ao Corregedor-Geral a edição de atos normativos relacionados à atividade correcional e às demais competências da COR;

XIV - submeter ao Corregedor-Geral o parecer sobre o desempenho dos servidores da ANA, para fins de confirmação no cargo e aquisição de estabilidade;

XV - planejar e submeter ao Corregedor-Geral o plano de capacitação anual da COR; e

XVI - desempenhar outras atividades determinadas pelo Corregedor-Geral.

Art. 45. À Coordenação de Gestão da Integridade – CGINT compete:

I - observar as orientações normativas e as diretrizes técnicas estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Integridade da Administração Pública Federal;

II - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento contínuo do programa de integridade da ANA;

III - elaborar e revisar, periodicamente, o Plano de Integridade da ANA, com vistas à

prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;

IV - coordenar a gestão dos riscos à integridade;

V - propor medidas gerais e específicas de integridade a partir das informações e dos dados relacionados à gestão do programa de integridade;

VI - avaliar e monitorar a implementação das medidas estabelecidas no Plano de Integridade;

VII - reportar ao Corregedor-Geral o andamento do programa de integridade;

VIII - promover a orientação e o treinamento dos servidores da ANA em assuntos relacionados ao programa de integridade;

IX- coordenar a implementação do programa de integridade e exercer seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, na detecção e no combate à ocorrência de atos lesivos;

X - atuar na orientação e no treinamento dos servidores da ANA com relação aos temas atinentes ao programa de integridade;

XI - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em articulação com as demais instâncias de integridade das áreas da ANA;

XII - executar outras atividades relacionadas ao Sistema de Integridade da Administração Pública Federal, sob supervisão do Corregedor-Geral; e

XIII - avaliar situações relacionadas à integridade institucional, de ofício ou por meio de provocação, e submetê-las ao Corregedor-Geral, visando aprimorar os mecanismos internos e externos que garantam a confiança e a integridade.

Seção II

Das unidades de suporte à gestão

Art. 46. À Assessoria Especial de Governança - ASGOV compete:

I - propor à Diretoria Colegiada políticas, diretrizes e práticas de governança relacionadas aos componentes da estratégia organizacional;

II - propor à Diretoria Colegiada instrumentos e mecanismos para o fortalecimento da governança e o aprimoramento contínuo da liderança, da estratégia e do controle da Agência;

III - propor a elaboração de políticas e diretrizes estratégicas de atuação da ANA;

IV - coordenar a elaboração, a revisão e o monitoramento do PEI, do PGA e do Plano de Gestão de Riscos - PGR, em articulação com as UORGs, prestando contas regularmente à DIREC;

V - exercer a secretaria-executiva dos comitês que compõem o Sistema de Governança da ANA;

VI - liderar o processo de gestão e mitigação de riscos na Agência, em articulação com as UORGs;

VII - promover a articulação institucional, fomentando o planejamento estratégico, bem como o monitoramento, a avaliação e a divulgação de resultados da ANA;

VIII - articular, com as diferentes instâncias de governança e UORGs, orientar, acompanhar e apoiar a realização de comissões ou grupos de trabalho, observando a atuação integrada nos processos, programas, projetos e ações;

IX - promover os princípios e diretrizes da governança da ANA a fim de que sejam observados em toda a estrutura, sistemas, ferramentas, processos, programas e ações da ANA;

X - coordenar os processos de elaboração, implementação, monitoramento,

avaliação e prestação de contas da estratégia da ANA, em articulação com as UORGs;

XI - acompanhar o desempenho estratégico da ANA por meio do monitoramento das iniciativas estratégicas, indicadores e metas, provendo informações à alta administração para tomada de decisão;

XII - desenvolver as atividades de programação orçamentária e financeira da agência;

XIII - consolidar o processo de elaboração da proposta orçamentária, no âmbito da ANA

XIV - coordenar a elaboração do planejamento orçamentário e monitorar a sua execução, prestando contas periodicamente à Diretoria Colegiada;

XV - coordenar, em articulação com as UORGs, o processo de prestação de contas *on-line* e a elaboração do relatório anual de atividades, em consonância com o relatório de gestão, integrante da prestação de contas, conforme orientações do TCU;

XVI - propor, disseminar e apoiar a implementação de metodologias e ferramentas que visem inovar na elaboração e na implementação de instrumentos de planejamento, gestão, riscos, monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos e processos com vistas ao fortalecimento da governança;

XVII - promover a inovação na gestão e desenvolver soluções frente aos desafios do setor público, buscando identificar oportunidades e convergências, e o fortalecimento dos processos de integração, internos e externos, para a implementação da PNRH, das diretrizes nacionais para o saneamento básico, da PNSB e das demais políticas públicas;

XVIII - promover ações de inovação e transformação organizacional, em articulação com as UORGs;

XIX - propor normas, ferramentas e estratégias para racionalizar e simplificar instrumentos, procedimentos, processos e rotinas de trabalho, com vistas ao desenvolvimento das ações da ANA;

XX - coordenar a gestão da Carta de Serviços da ANA em articulação com a Ouvidoria e as demais UORGs;

XXI - analisar e propor o aperfeiçoamento da estrutura organizacional e dos processos e procedimentos administrativos visando à modernização institucional, à desburocratização e ao fortalecimento da gestão interna;

XXII - assessorar a Diretoria Colegiada na elaboração e na atualização da estrutura organizacional;

XXIII - propor diretrizes e ferramentas para o aperfeiçoamento da liderança, em articulação com a SAF, por meio de práticas de mentoria, avaliação de desempenho, reporte periódico e capacitação contínua dos gestores, implementando a governança na ANA;

XXIV - propor à área responsável e acompanhar programas internos de capacitação voltados ao desenvolvimento das competências relacionadas à governança, à gestão estratégica e à gestão de riscos, de projetos, de processos, de serviços e da inovação;

XXV - atuar subsidiariamente na ANA, monitorando, avaliando e propondo aperfeiçoamentos nos controles internos, a partir do processo de gerenciamento de riscos;

XXVI - propor diretrizes, normas e metodologias de gestão de riscos, observando a integração interna e externa; e

XXVII - coordenar o processo de monitoramento de riscos associados ao PEI, ao PGA e ao PGR, e reportar ao respectivo comitê de governança, propondo melhorias nos processos, instrumentos, sistemas, projetos e ações da ANA.

Parágrafo único. À ASGOV estão subordinadas a Coordenação de Gestão

Estratégica, Riscos e Apoio à Governança – CEGOV, a Coordenação de Gestão Orçamentária – COGEO e a Coordenação de Orçamento e Finanças - COORF.

Art. 47. À Coordenação de Gestão Estratégica, Riscos e Apoio à Governança – CEGOV compete:

I - coordenar ações relacionadas aos instrumentos de governança, com vistas ao fortalecimento da governança e ao aprimoramento contínuo da ANA;

II - apoiar a secretaria-executiva dos comitês que compõem o Sistema de Governança da ANA;

III - coordenar a elaboração e a revisão do PEI, do PGA e do PGR, em articulação com as UORGs, prestando contas regularmente à Diretoria Colegiada;

IV - coordenar o processo de gestão e mitigação de riscos na Agência, em articulação com as UORGs;

V - coordenar a atuação da ANA relativa ao PPA, compreendendo proposição, acompanhamento e revisão;

VI - atestar o alinhamento dos instrumentos de planejamento da ANA ao Planejamento estratégico institucional-PEI;

VII - atuar como escritório de projetos estratégicos da ANA, propondo e disseminando metodologias e ferramentas que visem à elaboração e à implementação de instrumentos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos;

VIII - orientar, acompanhar e apoiar as instâncias de governança, UORGs, comissões e grupos de trabalho, para a atuação integrada da ANA com vistas ao cumprimento dos objetivos e metas;

IX - propor ferramentas para aprimoramento dos mecanismos de liderança, em articulação com a SAF;

X - promover a articulação institucional, fomentando a governança, bem como a mensuração, a avaliação e a divulgação de resultados da ANA;

XI - coordenar o processo de monitoramento e a avaliação da estratégia, em articulação com as UORGs;

XII - monitorar os controles internos instituídos na ANA, avaliando sua adequação na mitigação dos riscos institucionais;

XIII - realizar o monitoramento dos riscos associados ao PEI, ao PGA e ao PGR, e reportar à secretaria-executiva do respectivo comitê de governança, propondo melhorias nos processos, instrumentos, sistemas, projetos e ações da ANA;

XIV - coordenar, atualizar e acompanhar as ações relacionadas ao Plano de Gestão de Riscos, propondo medidas corretivas à Diretoria Colegiada;

XV - apoiar programas internos de capacitação voltados ao desenvolvimento das competências relacionadas à governança, à gestão estratégica, à gestão de riscos e à gestão de projetos;

XVI - gerir a carta de serviços da ANA, em articulação com a Ouvidoria e a STI;

XVII - coordenar, acompanhar e avaliar programas e projetos estruturantes e ações de inovação institucional e transformação organizacional; e

XVIII - coordenar, em articulação com as UORGs, a prestação de contas ao TCU, incluindo a elaboração do relatório de gestão da ANA e do relatório anual de atividades, nos termos da Lei nº 13.848, de 2019.

Parágrafo único. À CEGOV está vinculada a Divisão de Gestão de Projetos e Processos - DIGPP

Art. 48. À Coordenação de Gestão Orçamentária – COGEO compete:

I - elaborar a proposta orçamentária anual e proceder às alterações orçamentárias, em articulação com as UORGs;

II – planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à elaboração, à análise, à consolidação e ao encaminhamento da proposta orçamentária anual e dos pedidos de reformulação orçamentária das UORGs, em parceria com a ASGOV, de forma alinhada ao PEI;

III - monitorar a execução orçamentária e a arrecadação da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, com reporte periódico ao Comitê de Governança, Riscos e Controles;

IV - avaliar o alinhamento do Plano de Contratação Anual – PCA quando da sua elaboração e revisão com a proposta orçamentária da ANA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, e propor adequações, caso necessário;

V - elaborar o relatório de aplicação da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, para encaminhamento ao CNRH;

VI - acompanhar e aprimorar o Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA – SISPLANA;

VII - atestar o alinhamento da execução orçamentária com os instrumentos de planejamento institucional; e

VIII - apoiar programas internos de capacitação voltados ao desenvolvimento das competências relacionadas à gestão orçamentária.

Parágrafo único. À COGEO está vinculada a Divisão de Planejamento e Orçamento – DIPLO.

Art. 49. À Coordenação de Orçamento e Finanças - COORF compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao orçamento, observando-se as diretrizes emanadas do órgão setorial do Sistema Federal de Orçamento, bem como das relacionadas aos recursos externos;

II - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas à elaboração, à análise, à consolidação e à execução dos orçamentos da ANA;

III - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas à programação e à execução financeira;

IV - coordenar e supervisionar, em articulação com as UORGs, as atividades relacionadas à programação e à descentralização orçamentária e financeira;

V - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas às programações orçamentárias e financeiras das UORGs, com vistas ao cumprimento do Plano Gerencial Interno – PGI; e

VI - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COORF está subordinada a Divisão de Programação Orçamentária – DIPRO.

Art. 50. À Assessoria Especial de Qualidade Regulatória - ASREG compete:

I - promover a melhoria da qualidade regulatória da ANA;

II - propor à Diretoria Colegiada estratégias para o fortalecimento e o aprimoramento contínuo das práticas regulatórias;

III - propor diretrizes, metodologias, ferramentas e procedimentos para Análise de Impacto Regulatório - AIR;

IV - propor diretrizes, metodologias, ferramentas e procedimentos para o Monitoramento e Avaliação de Resultado Regulatório – M&ARR;

VI - propor diretrizes, metodologias, ferramentas e procedimentos para a simplificação administrativa;

VII - propor diretrizes, metodologias, ferramentas e procedimentos para a gestão do estoque regulatório, incluindo a revisão e a consolidação de atos regulatórios;

VIII - propor diretrizes e melhorias nos fluxos e procedimentos de tramitação dos processos de elaboração de atos normativos regulatórios;

IX - apoiar, em articulação com a STI, estratégias específicas de coleta e tratamento de dados, de forma a possibilitar a elaboração de análise quantitativa e, quando for o caso, de análise de custo-benefício; e

X - coordenar os processos da Agenda Regulatória e da Agenda de ARR, em articulação com as UORGs.

Parágrafo único. À ASREG estão subordinadas a Coordenação de Análise de Impacto Regulatório – COAIR, a Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Resultado Regulatório – CMARR e a Coordenação de Modernização e Governança Regulatória – COGEM.

Art. 51. À Coordenação de Análise de Impacto Regulatório – COAIR compete:

I - promover a melhoria da qualidade das AIR;

II - propor metodologias e ferramentas de AIR para a elaboração dos atos normativos regulatórios da ANA;

III - prestar apoio metodológico e de facilitação às UORGs no desenvolvimento da AIR;

IV - apoiar as UORGs na proposição de diretrizes para as dispensas de AIR no âmbito da ANA;

V - apoiar as UORGs na realização de análise de custos regulatórios e simplificação administrativa ex-ante para a edição de atos normativos regulatórios da ANA;

VI - monitorar e atestar a qualidade das AIRs da ANA;

VII - propor melhorias no processo de elaboração dos atos normativos Regulatórios da ANA;

VIII - realizar estudos e difundir a adoção de melhores práticas de elaboração de AIR no âmbito do processo de elaboração de atos regulatórios da ANA; e

IX - manifestar-se acerca da qualidade das AIR elaboradas pelas UORGs previamente à tomada de decisão pela Diretoria Colegiada.

Art. 52. À Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Resultado Regulatório - CMARR compete:

I - promover a melhoria da qualidade das ARR;

II - propor metodologias e ferramentas de M&ARR para os atos normativos regulatórios da ANA;

M&ARR;

III - prestar apoio metodológico e de facilitação às UORGs no desenvolvimento do M&ARR;

ARRs;

IV - propor normas e diretrizes relacionadas às boas práticas na elaboração das ARR;

V - apoiar as UORGs na realização de análise de custos regulatórios e simplificação administrativa ex-post para a avaliação de atos normativos regulatórios da ANA;

VI - monitorar e atestar a qualidade das ARR;

VII - propor melhorias no processo de M&ARR da ANA;

VIII - prestar assessoramento para as UORGs na coleta de dados no âmbito do M&ARR; e

IX - realizar estudos e difundir a adoção de melhores práticas de elaboração do M&ARR no âmbito de avaliação ex-post de atos normativos regulatórios da ANA.

Art. 53. À Coordenação de Modernização e Governança Regulatória – COGEM – compete:

- I - propor, promover, coordenar e implementar iniciativas voltadas às melhores práticas e à modernização dos processo de elaboração de atos normativos regulatórios;
- II - coordenar as ações de elaboração, execução, monitoramento e revisão da Agenda Regulatória e da Agenda de ARR, em articulação com as demais UORGs;
- III - realizar atividades para a coleta, a organização, a análise de dados e a divulgação de informações relativas aos processos de elaboração de atos normativos regulatórios;
- IV - prestar assessoramento às unidades da ANA na condução dos processo de elaboração de atos normativos regulatórios;
- V - desenvolver, sistematizar e implementar rotinas e procedimentos para a gestão do estoque regulatório;
- VI - adotar medidas que contribuam para o acesso público aos atos normativos regulatórios editados pela ANA, em articulação com as UORGs da Agência;
- VII - propor e adotar estratégias para a compilação e consolidação de atos normativos regulatórios editados pela ANA; e
- VIII - apoiar a elaboração, monitoramento e revisão da Agenda de ARR.

Art. 54. À Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da ANA compete contribuir para elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão ética e prover apoio técnico e material necessário ao desempenho das atribuições da Comissão de Ética da ANA.

Parágrafo único. Compete ao Secretário-Executivo da Comissão de Ética da ANA:

- I - organizar a agenda e a pauta das reuniões;
- II - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;
- III - instruir as matérias submetidas à deliberação da CEANA;
- IV - coordenar o trabalho da Secretaria-Executiva;
- V - fornecer apoio técnico e administrativo à CEANA;
- VI - executar e dar publicidade aos atos de competência da Secretaria-Executiva;

VII - coordenar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre ética na ANA;

VIII - desenvolver ou supervisionar a elaboração de estudos e subsídios ao processo de tomada de decisão da CEANA;

IX – administrar o cadastro da ANA no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses – SeCI/CGU; e

X - executar outras atividades determinadas pela CEANA.

Seção III

Das unidades de suporte à representação

Art. 55. À Assessoria Especial Internacional – ASINT compete:

I - propor e coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a implementação da agenda internacional, composta de memorandos de entendimento, acordos e protocolos de cooperação, programas, projetos e atividades de cooperação técnica bilateral, multilateral e regional de interesse da ANA;

II - assistir à Diretoria Colegiada e às UORGs na participação em programas, projetos e atividades de cooperação internacional e apoio aos dirigentes e servidores em missões e eventos internacionais relacionados a recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico;

III - apoiar a participação da ANA no cenário da cooperação oficial do país, de acordo com suas prioridades técnicas e institucionais, e em articulação com o Ministério das Relações Exteriores – MRE e com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC;

IV - coordenar a articulação interna para apoio, quando solicitado, às demandas de outros ministérios setoriais em iniciativas relacionadas aos setores de recursos hídricos, de segurança de barragens e do setor de saneamento básico;

V - apoiar a ANA em suas relações com instituições e redes internacionais relacionadas a recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico e com organismos do sistema da Organização das Nações Unidas – ONU, representações diplomáticas e outras esferas do cenário internacional; e

VI - coordenar a contribuição da ANA às atividades de representação do Brasil junto a organismos internacionais, em articulação com o MRE, em questões relativas a recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico.

Parágrafo único. A Coordenação de Articulação e Planejamento Internacional – COAPI está subordinada à ASINT.

Art. 56. À Coordenação de Articulação e Planejamento Internacional – COAPI compete:

I - elaborar o planejamento, acompanhar a negociação e apoiar a implementação das ações de cooperação técnica internacional da ANA;

II - apoiar as UORGs nos projetos de cooperação técnica internacional e nas tratativas e interesses das áreas com a agenda internacional; na elaboração da programação financeira dos projetos internacionais da ANA;

III - apoiar as atividades de relacionamento institucional da ANA com organismos internacionais, bilaterais, multilaterais, regionais e não governamentais;

IV - apoiar a organização e elaborar subsídios nos contatos internacionais da Diretoria Colegiada e das UORGs; e

V - apoiar a elaboração dos informes relativos às atribuições da Assessoria, em atendimento aos normativos vigentes.

Art. 57. À Assessoria Especial de Comunicação Social – ASCOM compete:

I - coordenar as atividades de comunicação da ANA, relativas às atribuições próprias da comunicação institucional e de apoio a relações públicas, observadas as orientações da política de comunicação da ANA;

II - formular e implementar a política de comunicação da ANA;

III - promover a divulgação da missão institucional da ANA junto à sociedade;

IV - apoiar as ações da ANA junto à imprensa, aos meios de comunicação e às mídias sociais;

V - coordenar ações de comunicação digital da ANA;

VI - promover a divulgação interna e externa das atividades desempenhadas pela ANA;

VII - coordenar a elaboração, a implementação e o monitoramento do plano de comunicação da ANA; e

VIII - zelar pela imagem institucional da ANA e pela correta aplicação de sua identidade visual.

Parágrafo único. À ASCOM estão subordinadas a Coordenação de Relacionamento com a Imprensa e Comunicação Institucional – CORIC e a Coordenação de Apoio a Relações Públicas, Cerimonial e Eventos – CARPE.

Art. 58. À Coordenação de Relacionamento com a Imprensa e Comunicação Institucional – CORIC compete:

I - elaborar estratégias de relacionamento com a imprensa e de divulgação para a sociedade e o público interno da ANA, por meio de ações de comunicação institucional, com base no plano de comunicação da ANA;

II - coordenar o relacionamento entre a ANA e os veículos de imprensa;

III - indicar, capacitar e acompanhar porta-vozes em entrevistas;

IV - organizar e acompanhar entrevistas coletivas, em articulação com a CARPE;

V - produzir, distribuir e monitorar conteúdos jornalísticos enviados para a imprensa, e divulgar material de comunicação institucional;

VI - acompanhar e avaliar a imagem institucional da ANA perante a imprensa;

VII - apurar informações para a construção de posicionamento institucional;

VIII - divulgar eventos, internos e externos, promovidos ou apoiados pela ANA, de modo articulado com a CARPE;

IX - elaborar e implementar ações da ANA em comunicação digital;

X - avaliar e propor à Diretoria Colegiada a aplicação do logotipo da ANA e de sua identidade visual em materiais de comunicação;

XI - coordenar e avaliar a produção de materiais audiovisuais e impressos produzidos pela ANA para gerar um padrão institucional;

XII - planejar e realizar ações de comunicação para o público interno da ANA; e

XIII – planejar e realizar campanhas internas para promover o engajamento e pertencimento dos servidores e colaboradores da ANA para que haja uma identificação com os valores da instituição.

Parágrafo único. À CORIC está subordinada a Divisão de Conteúdos e Mídias

Digitais - DICOM, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 59. À Coordenação de Apoio a Relações Públicas, Cerimonial e Eventos – CARPE compete:

I - elaborar e implementar estratégias de relacionamento com os diversos públicos da ANA, por meio de ações de apoio a relações públicas;

II - difundir o posicionamento institucional, por meio de ferramentas de relações públicas e comunicação;

III - operacionalizar a produção do plano de comunicação da ANA;

IV - coordenar as atividades administrativas e relativas aos eventos, internos e externos, promovidos ou apoiados pela ANA, zelando pela uniformização da imagem institucional;

V - subsidiar as UORGs no planejamento e na organização de eventos;

VI - coordenar e executar as ações de cerimonial, protocolo e apoio a relações públicas da ANA, bem como a execução de eventos;

VII - exercer a coordenação das atividades de patrocínio e de apoio institucional a projetos e eventos, e submetê-las à apreciação da Diretoria Colegiada;e

VIII- planejar ações que contribuam para o desenvolvimento de uma cultura organizacional forte, que gere comprometimento e coesão na equipe da Agência.

Parágrafo único. À CARPE está subordinada a Divisão de Eventos, Cerimonial e Comunicação Interna – DIECE, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 60. À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares – ASPAR compete:

I - assessorar a Diretoria Colegiada na interlocução com o Poder Legislativo;

II - estabelecer o relacionamento com órgãos do Poder Legislativo, promovendo os programas, projetos e ações da ANA;

III - assessorar a participação da ANA nas audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional;

IV - subsidiar a análise referente a projetos de lei e proposições legislativas;

V - propor posicionamento institucional da ANA à Diretoria Colegiada a partir da consolidação das manifestações de subsídios elaborados pelas UORGs referentes a projetos de lei e proposições legislativas de seu interesse; e

VI - apresentar anualmente relatório das atividades legislativas à Diretoria Colegiada.

Parágrafo único. A Coordenação de Assuntos Parlamentares – COPAR está subordinada à ASPAR.

Art. 61. À Coordenação de Assuntos Parlamentares – COPAR compete:

I - acompanhar os assuntos e a tramitação de projetos de interesse da ANA junto ao Poder Legislativo;

II - apoiar a Diretoria Colegiada e os Diretores na interlocução com o Poder Legislativo;

III - subsidiar a análise referente a projetos de lei e proposições legislativas;

IV - elaborar posicionamento institucional da ANA a partir da consolidação das manifestações de subsídios elaborados pelas UORGs referentes a projetos de lei e proposições legislativas de interesse e submeter à Diretoria Colegiada; e

V - coordenar as atividades de atendimento às correspondências, às solicitações, às interpelações e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS COMUNS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Art. 62. São competências comuns das UORGs:

I - promover as ações necessárias à implementação, pela ANA, da Política Nacional de Recursos Hídricos, de Segurança de Barragens e de Saneamento Básico;

II - apoiar as ações de fiscalização;

III - participar da elaboração e do monitoramento dos planejamentos plurianuais e anuais da ANA;

IV - estabelecer metas compatíveis com o PEI e o PGA, bem como efetuar seu acompanhamento, avaliar resultados e identificar necessidades de ajuste e aprimoramento de regras, critérios e procedimentos;

V - propor ajustes e modificações na legislação, necessários à modernização do ambiente institucional de atuação da ANA, no que se refere aos processos organizacionais;

VI - coordenar as atividades de recursos humanos e o uso de recursos técnicos e materiais disponíveis em sua área, buscando a efetividade e o controle da qualidade dos serviços executados;

VII - zelar pelos bens patrimoniais da ANA, necessários à execução das atividades da respectiva área de competência;

VIII - propor a celebração de acordos, ajustes, convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades, federais, estaduais, municipais, bem como com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados a recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico, de competência da ANA, e, ainda, analisar e avaliar, sob os aspectos técnico e financeiro, as prestações de contas dos convênios, cabendo ao ordenador de despesas avaliar e aprovar a correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados;

IX - praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão administrativa;

X - gerir contratos sob sua responsabilidade;

XI - elaborar ou se manifestar acerca da AIR, nos moldes do disposto no art. 10;

XII - apoiar a elaboração do relatório de gestão, do relatório anual de atividades e do processo de prestação de contas anual da ANA ao TCU, observadas as normas vigentes;

XIII - adotar práticas de gestão de risco, controle interno e promoção da integridade;

XIV - instruir os processos conforme normas vigentes e fluxo processual específico para a matéria;

XV - cumprir e fazer as decisões da Diretoria Colegiada;

XVI - propor, apoiar, organizar e realizar os processos de participação que subsidiam a tomada de decisão da Diretoria Colegiada;

XVII - contribuir para a implementação do PEI;

XVIII - propor os temas que comporão a Agenda Regulatória e a Agenda de ARR;

XIX - propor mecanismos de credenciamento e descredenciamento de empresas especializadas, acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como de técnicos, consultores independentes e de auditores externos para obter, analisar e atestar informações ou dados necessários ao desempenho das atividades de regulação; e

XX - disponibilizar informações periódicas para o acompanhamento das atribuições delegadas pela Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO VIII

DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Art. 63. Constitui competência específica das superintendências a execução das atividades relacionadas aos processos organizacionais discriminados por afinidade.

Seção I

Do processo de apoio ao SINGREH e às agências infranacionais de regulação do saneamento básico

Art. 64. À Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e às Agências Infranacionais de regulação do saneamento básico – SAS compete:

I - estimular e apoiar as iniciativas voltadas à criação, à manutenção e ao fortalecimento de entes do SINGREH, especialmente com respeito aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERHs, aos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos – OGERHs, aos CBHs e a suas instituições de apoio, visando ao fortalecimento da participação social no referido Sistema;

II - estimular e apoiar as iniciativas voltadas ao fortalecimento das entidades infranacionais de regulação do saneamento básico;

III - apoiar a implantação e a operacionalização da gestão integrada de recursos hídricos em bacias ou regiões hidrográficas, envolvendo a ANA e os entes do SINGREH;

IV - promover e coordenar a articulação das UORGs com os entes do SINGREH, em especial com os OGERHs e os CBHs, visando à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

V - propor e coordenar, em articulação com as UORGs, ações que promovam a gestão integrada de recursos hídricos com órgãos e instituições governamentais e não-governamentais;

VI - elaborar e implementar ações, projetos, programas e atividades voltados para a capacitação de recursos humanos, visando à gestão de recursos hídricos, no âmbito do SINGREH, à segurança de barragens e ao saneamento básico;

VII - estimular, promover e executar projetos e programas educativos orientados para a qualificação da participação da sociedade na gestão de recursos hídricos, na segurança de barragens e no saneamento básico;

VIII - promover as articulações necessárias com o setor de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à difusão de conhecimentos no âmbito do SINGREH, da segurança de barragens e do saneamento básico;

IX- estimular a pesquisa para a gestão e a regulação de usos de recursos hídricos, da segurança de barragens e do saneamento básico;

X - implementar, em articulação com os CBHs, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

XI - elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo CNRH, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos CBHs, na forma do art. 38, inciso VI, da Lei nº 9.433, de 1997;

XII - elaborar estudos e pareceres técnicos sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sobre a sustentabilidade financeira do SINGREH e dos seus entes;

XIII - promover estudos e avaliações do SINGREH e de seus arcabouços legais e institucionais, de acordo com o art. 4º, inciso VI, da Lei nº 9.984, de 2000;

XIV - apoiar os entes do SINGREH, especialmente os CBHs e suas Agências de Água, bem como das agências reguladoras infranacionais, no cumprimento de suas atribuições legais; e

XV - elaborar e implementar ações, projetos, programas e atividades, voltados para a melhoria da gestão de recursos hídricos, no âmbito do SINGREH, da segurança de barragens e do saneamento básico.

Parágrafo único. À SAS estão subordinadas a Coordenação de Capacitação do SINGREH e do Setor de Saneamento Básico – CCAPS, a Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança – CSCOB, a Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH – CINCS, a Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP e a Coordenação de Acompanhamento das Entidades Delegatárias de Funções de Agências de Água – COAED.

Art. 65. À Coordenação de Capacitação do SINGREH e do Setor de Saneamento Básico – CCAPS compete:

I - coordenar e prestar apoio às UORGs na elaboração e na implementação das ações de capacitação voltadas para os entes do SINGREH, para a segurança de barragens e para os agentes que atuam no setor de saneamento básico;

II - identificar necessidades e oportunidades de desenvolvimento das capacidades para a gestão de recursos hídricos, a segurança de barragens e a regulação do saneamento básico;

III - elaborar e implementar diretrizes, planos, programas, projetos e atividades, visando à formação e à capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos, no âmbito do SINGREH, para a segurança de barragens e para a regulação do setor de saneamento básico;

IV - apoiar programas, projetos e atividades de parceiros que atuam no desenvolvimento das capacidades para a gestão de recursos hídricos, a segurança de barragens e a regulação do saneamento básico;

V - elaborar, avaliar e apoiar planos, programas e projetos educativos, orientados para a participação da sociedade na gestão de recursos hídricos;

VI - prestar apoio aos entes do SINGREH e às entidades infranacionais de regulação do setor de saneamento, no âmbito das atividades de capacitação para a gestão de recursos hídricos, a segurança de barragens e a harmonização regulatória do setor de saneamento básico; e

VII - estimular a pesquisa para a gestão e a regulação de recursos hídricos, de segurança de barragens e do saneamento básico, por meio do apoio a programas de formação avançada.

Art. 66. À Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança – CSCOB compete:

I - implementar, em articulação com os CBHs, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

II - elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo CNRH, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos CBHs, na forma do art. 38, inciso VI, da Lei nº 9.433, de 1997;

III - elaborar estudos e pareceres técnicos sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sobre a sustentabilidade financeira do SINGREH e de seus entes;

IV - calcular a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e valores definidos, pelo CNRH, para a correspondente bacia hidrográfica;

V - apoiar os estados na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos

de domínio estadual; e

VI - disponibilizar o acesso aos dados e informações relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Art. 67. À Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH – CINCS compete:

I - propor e implementar estratégias e mecanismos de apoio à criação, à instalação e ao funcionamento de instâncias participativas voltadas para a gestão dos recursos hídricos, em especial os CBHs e as Agências de Água;

II - promover, junto aos CBHs, o processo de negociação para definição do modelo de sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos, nas bacias e regiões hidrográficas correspondentes;

III - promover, junto aos CBHs, o processo de definição dos arranjos legais e institucionais com vistas à gestão integrada dos recursos hídricos, nas bacias e regiões hidrográficas correspondentes;

IV - propor, em articulação com as UORGs, os arranjos legais e institucionais vinculados à gestão dos recursos hídricos de domínio da União, relativos às instâncias participativas do SINGREH;

V - promover a participação dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo poderes públicos, usuários e sociedade civil, nas instâncias participativas de gestão de recursos hídricos;

VI - promover ações de comunicação e mobilização dos CBHs, com vistas a apoiar a implementação dos diferentes instrumentos de gestão;

VII - apoiar os CERHs, nas ações e iniciativas que visem ao fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos – SEGRHs;

VIII - apoiar, em sua área de competência, o CNRH, nas ações e iniciativas que visem ao fortalecimento do SINGREH e da gestão integrada de recursos hídricos;

IX - acompanhar a execução dos contratos de gestão celebrados entre a ANA e as EDs, com poderes de controle e de fiscalização, com vistas ao funcionamento e ao fortalecimento dos CBHs; e

X - acompanhar e fiscalizar a execução de instrumentos de parceria com vistas a prestar apoio a Comitês Interestaduais de Bacia Hidrográfica – CIBHs sem cobrança implementada.

Art. 68. À Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP compete:

I - promover e implementar estratégias de articulação com instituições governamentais, nos níveis nacional, estadual e municipal, visando ao fortalecimento da gestão integrada de recursos hídricos;

II - propor e implementar ações, projetos, programas, instrumentos e iniciativas de apoio aos OGERHs, em seus diversos níveis;

III - apoiar as diversas instâncias de governos, nos níveis nacional, estadual e municipal, em suas ações relativas à gestão integrada de recursos hídricos;

IV - avaliar os SEGRHs e propor aperfeiçoamento, quando for o caso, em articulação com os OGERHs;

V - elaborar e implementar ações, projetos, programas e atividades voltados para a melhoria da gestão de recursos hídricos, no âmbito dos poderes públicos, federal, estaduais e distrital;

VI - promover a articulação dos poderes públicos, federal, estaduais, distrital e

municipais, com as UORGs; e

VII - apoiar, em articulação com as UORGs, a integração de políticas, programas, projetos e ações executadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios, para o fortalecimento da gestão integrada de recursos hídricos.

Art. 69. À Coordenação de Acompanhamento das Entidades Delegatárias de Funções de Agências de Água – COAED compete:

I - apoiar a criação e acompanhar a atuação das Agências de Água e/ou de qualquer entidade que execute essas funções;

II - acompanhar a atuação das entidades que exerçam funções de secretaria-executiva para CIBHs sem cobrança implementada;

III - apoiar, administrativamente, a Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão – CACG e a Comissão de Avaliação de Contratos de Gestão – CAV;

IV - executar atividades relacionadas à gestão administrativa e financeira e/ou à operacionalização de sistema eletrônico disponibilizado pela Administração Pública no âmbito da execução de instrumentos de parceria;

V - apoiar a CACG nos processos de aprimoramento dos contratos de gestão celebrados entre a ANA e as EDs, quanto a aspectos normativos e/ou de operacionalização dos instrumentos;

VI - receber as informações técnicas, em articulação com o fiscal do contrato de gestão, e fornecê-las à CACG para que esta Comissão acompanhe a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais; e

VII - organizar reuniões e eventos periódicos que envolvam as EDs com o objetivo de troca de experiências e aprimoramentos institucionais.

Seção II

Do processo de apoio à elaboração e à implementação de planos, programas e projetos

Art. 70. À Superintendência de Planos, Programas e Projetos – SPP compete:

I - propor, elaborar, implementar, gerenciar e avaliar programas e projetos que visem ao fortalecimento dos instrumentos de gestão e do SINGREH, à segurança hídrica, à segurança de barragens e ao setor de saneamento básico;

II - coordenar e implementar, em articulação com a ASINT e demais UORGs, ações dos projetos de cooperação internacional, de acordos de empréstimos e de doações de organismos nacionais e internacionais, celebrados com a participação da ANA;

III - coordenar e apoiar a implementação das ações de competência da ANA presentes nos planos de recursos hídricos, bem como propor instrumentos e estratégias de atuação, em articulação com as UORGs;

IV - apoiar os OGERHs e CBHs interfederativos na implementação de planos, programas, projetos, ações e estudos nos temas relativos a águas subterrâneas, gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, conservação de água e solo, uso racional e eficiente da água, reúso de efluentes sanitários tratados, despoluição de bacias hidrográficas e uso de fontes alternativas de água;

V - estimular e contribuir para a articulação institucional entre os entes envolvidos na elaboração e na implementação de planos de recursos hídricos;

VI - identificar e propor, em parceria com as UORGs, estratégias e mecanismos de estímulo a boas práticas de uso e manejo da água, por meio de ações de comunicação, articulação e engajamento, ou pela utilização de instrumentos de estímulo, premiação, certificação ou outros que atestem as boas práticas adotadas;

VII - participar da elaboração, da revisão e da atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, supervisionar sua implementação e participar dos estudos, com vistas a seu aperfeiçoamento, promovendo a devida articulação e consulta com as demais UORGs;

VIII - promover o planejamento em bacias e regiões hidrográficas, por meio da coordenação ou apoio à elaboração de planos de recursos hídricos;

IX - apoiar os entes do SINGREH na elaboração e no monitoramento de planos de recursos hídricos; e

X - acompanhar a evolução dos indicadores de resultados e de desempenho dos planos de recursos hídricos, bem como a sua situação, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo único. À SPP estão subordinadas a Coordenação de Gestão de Projetos – COGEP, a Coordenação de Águas Subterrâneas – COSUB, a Coordenação de Conservação e Uso Sustentável da Água – CCOAS e a Coordenação de Planos de Recursos Hídricos – CPLAN.

Art. 71. À Coordenação de Gestão de Projetos – COGEP compete:

I - propor, elaborar, coordenar e implementar os programas, estudos e projetos em temas transversais, em articulação com as UORGs;

II - desenvolver e aplicar mecanismos de monitoramento e avaliação dos planos de ação com os estados e Distrito Federal, em articulação com as UORGs envolvidas, bem como dos programas e projetos transversais da ANA, e propor melhorias e revisões para o alcance dos objetivos;

III - apoiar a implementação de ações dos planos de recursos hídricos e dos planos de ação com os estados e Distrito Federal, em articulação com as UORGs;

IV - propor a elaboração de portfólio de projetos que contribuam com a segurança hídrica, em articulação com as demais UORGs e o SINGREH; e

V – elaborar, coordenar, monitorar, avaliar e revisar projetos de cooperação técnica e/ou financeira, acordos de empréstimos e doações, em articulação com as demais UORGs e organismos multilaterais.

Art. 72. À Coordenação de Águas Subterrâneas – COSUB compete:

I - apoiar os OGERHs na execução de programas, projetos e ações relacionados à gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas;

II - apoiar no desenvolvimento de soluções para apoio à decisão em águas subterrâneas e na elaboração de propostas de normativos para a gestão de águas subterrâneas, em articulação com as UORGs;

III - apoiar e acompanhar os OGERHs na implementação dos resultados de avaliações hidrogeológicas e dos estudos para a gestão integrada dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;

IV - apoiar, estimular e implementar iniciativas com vistas à gestão compartilhada de aquíferos interestaduais e transfronteiriços;

V - elaborar, em articulação com a SHE e a SRE, avaliações hídricas integradas em bacias onde os aquíferos têm relevante contribuição aos mananciais superficiais, para subsidiar o estabelecimento de atos regulatórios;

VI - apoiar o planejamento e a implementação do monitoramento piezométrico, no âmbito da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN, bem como avaliar os dados da evolução dos níveis de água e divulgar periodicamente seus resultados;

VII - implementar e apoiar ações previstas nos planos de recursos hídricos de bacias interfederativas relacionadas à gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas, águas subterrâneas e seu monitoramento, em articulação com a COGEP, os OGERHs, os CBHs e as

EDs;

VIII - definir e atualizar, com o apoio dos OGERHs, as áreas relevantes nas bacias hidrográficas de rios de domínio da União para a gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas;

IX - apoiar o desenvolvimento de projetos para soluções de abastecimento humano, a partir de mananciais subterrâneos, em áreas sujeitas a eventos críticos; e

X - realizar estudos, em articulação com a CCOAS, para subsidiar a seleção de áreas com vistas a maximizar a recarga de aquíferos em projetos e ações de estímulo à conservação de água e solo.

Art. 73. À Coordenação de Conservação e Uso Sustentável da Água - CCOAS compete:

I - propor, elaborar, implementar, apoiar e coordenar projetos e ações de estímulo à conservação de água e solo, à despoluição de bacias hidrográficas, ao uso racional e eficiente da água, à redução de perdas, ao reúso de efluentes sanitários tratados e ao uso de fontes alternativas de água, visando à segurança hídrica, inclusive com incentivos financeiros;

II - realizar e apoiar a elaboração de estudos e diagnósticos, bem como propor técnicas e metodologias, com vistas a orientar ações de conservação de água e solo, de uso racional e eficiente da água, reúso e uso de fontes alternativas de água, sistematizando e divulgando o conhecimento produzido;

III - articular a ampliação da abrangência dos programas, projetos e ações de conservação de água e solo, despoluição de bacias hidrográficas, uso racional e eficiente da água, redução de perdas, reúso e uso de fontes alternativas de água, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal e nos CBHs, em parceria com as UORGs;

IV - implementar e apoiar ações previstas nos planos de recursos hídricos, relacionadas à conservação de água e solo, à despoluição de bacias hidrográficas, ao uso racional e eficiente da água, à redução de perdas, ao reúso e ao uso de fontes alternativas de água em articulação com os demais atores do SINGREH; e

V - monitorar, avaliar e aprimorar os programas e ações de competência desta Coordenação.

Art. 74. À Coordenação de Planos de Recursos Hídricos – CPLAN compete :

I - contribuir para a elaboração, a revisão, a atualização e o aperfeiçoamento do PNRH, especialmente no que diz respeito a abordagens metodológicas, diagnósticos, prognósticos e formulações de programas a ele pertinentes;

II - monitorar a implementação das ações de competência da ANA no PNRH, em articulação com as demais UORGs;

III - apoiar, em articulação com a SAS, os OGERHs na elaboração de seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos – PERHs;

IV - apoiar a elaboração do planejamento de bacias hidrográficas interfederativas e regiões hidrográficas, bem como em áreas de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, definidas pela ANA;

V - apoiar estratégias, em articulação com as UORGs e o SINGREH, para implementação dos planos de recursos hídricos;

VI –desenvolver e aplicar mecanismos de monitoramento e acompanhamento da implementação dos planos de recursos hídricos, em articulação com as UORGs e o SINGREH;

VII – monitorar a implementação das ações de competência da ANA nos Planos de Recursos Hídricos interfederativos;

VIII - promover a integração do planejamento de recursos hídricos, nas escalas

nacional, estadual, distrital e municipal, e da região ou bacia hidrográfica; e

IX - propor e apoiar a realização de estudos e levantamentos necessários à elaboração de planos de recursos hídricos e à sua implementação.

Seção III

Do processo de estudos hídricos e socioeconômicos

Art.75. À Superintendência de Estudos Hídricos e Socioeconômicos - SHE compete:

I - elaborar informativos acerca do panorama regulatório dos setores de recursos hídricos e de saneamento básico, considerando as boas práticas nacionais e internacionais;

II - elaborar estudos de estimativa do valor econômico da água, como subsídio à tomada de decisão quanto à outorga, à alocação de água e aos demais instrumentos para a gestão de recursos hídricos;

III - apoiar e propor aprimoramentos para a realização de avaliação de impactos regulatórios na gestão de recursos hídricos no que diz respeito aos aspectos econômicos, em articulação com a ASREG;

IV - elaborar estudos hidrológicos, de usos da água e socioeconômicos necessários à gestão de recursos hídricos, observando os cenários e tendências nacionais e globais;

V - elaborar estudos relacionados à avaliação da qualidade da água dos corpos hídricos do país e apoiar a elaboração de propostas e diretrizes de enquadramento de corpos de água em classes de uso preponderantes;

VI - conceber e gerenciar bases de dados sobre recursos hídricos e bacias hidrográficas de interesse, mantê-las atualizadas no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH e elaborar, periodicamente, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil;

VII - fornecer suporte técnico, econômico e quantitativo a respeito dos recursos hídricos do país às demais áreas da ANA, com o objetivo de propiciar evidências que subsidiem a tomada de decisão;

VIII - propor diretrizes, metodologias, ferramentas, estudos e procedimentos para avaliação de impacto socioeconômico de projetos hídricos e de saneamento básico, contemplando assessoramento técnico e iniciativas de capacitação às demais UORGs, em articulação com a ASREG;

IX - realizar estudos sobre vulnerabilidades e impactos da mudança do clima na gestão dos recursos hídricos; e

X - propor, em articulação com as demais UORGs, mecanismos de gestão adaptativa dos recursos hídricos face aos impactos da mudança do clima, e promover sua adoção.

Parágrafo único. À SHE estão subordinadas a Coordenação de Estudos Econômicos – COECO, a Coordenação de Estudos Setoriais – CESET, a Coordenação do Conjuntura e Gestão da Informação do SNIRH – CCOGI, a Coordenação de Estudos Hidrológicos – COHID, a Coordenação de Qualidade da Água e Enquadramento – CQUAL e a Coordenação de Mudança do Clima - COMUC.

Art. 76. À Coordenação de Estudos Econômicos – COECO compete:

I - elaborar informativos acerca do panorama regulatório dos setores de recursos hídricos e de saneamento básico frente às boas práticas nacionais e internacionais;

II - elaborar estudos de estimativa do valor econômico da água, como subsídio à tomada de decisão quanto à outorga e à alocação de água;

III - apoiar e propor aprimoramentos para a realização de avaliação de impactos

regulatórios na gestão de recursos hídricos no que diz respeito aos aspectos econômicos, em articulação com a ASREG;

IV - propor diretrizes, metodologias, ferramentas e procedimentos para desenvolver, adaptar e utilizar ferramentas de modelagem econométrica para a elaboração de estudos econômicos para a análise de sistemas de recursos hídricos e saneamento básico;

V - apoiar a elaboração dos planos de recursos hídricos e de propostas de enquadramento de corpos de água considerando o valor econômico da água;

VI - promover articulação com áreas congêneres de instituições que desenvolvem estudos econômicos; e

VII - elaborar, em articulação com a COMUC, análises e estudos sobre os aspectos econômicos dos impactos da mudança do clima nos recursos hídricos e no saneamento básico.

Art. 77. À Coordenação de Estudos Setoriais – CESET compete:

I - realizar estudos sobre a segurança hídrica no país;

II - conduzir estudos específicos voltados ao atendimento dos usos considerados prioritários;

III - desenvolver estudos relativos aos usos da água, principalmente em bacias hidrográficas que apresentem conflito atual ou potencial pelos recursos hídricos;

IV - realizar estudos para apoiar a atuação da ANA na gestão de infraestrutura hídrica e na compatibilização de usos múltiplos;

V - produzir, manter atualizada e aprimorar a base nacional de referência de usos consuntivos da água e projeções de usos futuros; e

VI - elaborar, integrar e inserir no SNIRH as principais bases de dados e indicadores sobre usos da água, em articulação com a CCOGI.

Art. 78. À Coordenação do Conjuntura e Gestão da Informação do SNIRH – CCOGI compete:

I - receber, organizar, padronizar, produzir, manter e disponibilizar bases de dados e informações geográficas corporativas;

II - organizar e manter atualizadas bases de dados sobre recursos hídricos e saneamento básico no SNIRH;

III - atribuir e elaborar manifestação sobre o domínio dos corpos hídricos;

IV - apoiar análises, consolidação, interpretação e integração de dados coletados e inseri-los nas bases de dados do SNIRH;

V - coordenar a integração das bases de dados do SNIRH na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e na Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, em articulação com a STI;

VI - promover o levantamento de informações e dados secundários para subsidiar a elaboração dos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos e manter atualizadas as informações sobre recursos hídricos no SNIRH;

VII - apoiar a elaboração e a atualização, com base nos dados disponíveis, de diagnósticos, cenários e prognósticos temáticos, especialmente aqueles relativos à oferta e à demanda de recursos hídricos, em quantidade e qualidade;

VIII - apoiar as coordenações da SHE a na organização e na atualização da base de dados de balanço hídrico de referência para o país;

IX - sistematizar o conhecimento produzido pelas coordenações da SHE, pelas UORGs e pelas instituições do SINGREH, e manter atualizadas as bases de dados no SNIRH;

X - calcular e produzir, a partir das bases de dados da ANA, indicadores relativos aos recursos hídricos, que serão utilizados nos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos, no SNIRH e em atendimento a demandas internas e externas; e

XI - confeccionar e editar o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

Art. 79. À Coordenação de Estudos Hidrológicos – COHID compete:

I - realizar estudos hidrológicos para subsidiar as ações de planejamento, regulação e gestão de recursos hídricos da ANA, notadamente, na elaboração de diagnósticos e prognósticos sobre oferta de recursos hídricos no país, incluindo a geração de indicadores para caracterização da disponibilidade hídrica e metodologias para a espacialização dessas informações;

II - desenvolver, adaptar e utilizar ferramentas de modelagem matemática para a elaboração de estudos hidrológicos e para a análise de sistemas de recursos hídricos;

III - definir metodologias e elaborar a reconstituição de séries naturais de vazão e as extensões de séries que se fizerem necessárias, bem como validar as referidas séries quando elaboradas por outras instituições;

IV - apoiar a elaboração dos planos de recursos hídricos e de propostas de enquadramento de corpos de água no desenvolvimento de temas relacionados à hidrologia;

V - apoiar a elaboração de estudos sobre oferta de recursos hídricos no país;

VI - elaborar análise e estudos sobre impactos da mudança do clima nos recursos hídricos;

VII - apoiar o planejamento da rede hidrometeorológica e sedimentométrica, bem como avaliar seus dados para fins de estudos hidrológicos e de disponibilidade hídrica;

VIII - divulgar as metodologias e os procedimentos desenvolvidos e adotados para a realização de estudos hidrológicos, buscando promover e ampliar a sinergia entre as ações da ANA;

IX - elaborar, em conjunto com a COMUC, análises e estudos sobre impactos da mudança do clima nas características hidrológicas das principais bacias e sistemas hídricos brasileiros;

X - sistematizar e manter atualizada a disponibilidade hídrica de referência e o balanço hídrico de referência para o país, em articulação com a SRE, a CESET e a CCOGI; e

XI - promover articulação com áreas congêneres de instituições que desenvolvem estudos hidrológicos.

Art. 80. À Coordenação de Qualidade da Água e Enquadramento – CQUAL compete:

I - realizar estudos relacionados à qualidade das águas superficiais do país, incluindo o uso de ferramentas de modelagem matemática para estimativa do comportamento de cargas poluidoras;

II - apoiar o planejamento da Rede Nacional de Qualidade da Água – RNQA, bem como utilizar seus dados para fins de estudos de avaliação da qualidade da água e divulgação periódica dos resultados;

III - em casos especiais, programar, especificar e empreender campanhas de coleta de dados primários de fontes poluidoras e de qualidade das águas superficiais;

IV - apoiar a elaboração de propostas e diretrizes de enquadramento de corpos de água em classes de uso preponderantes, no âmbito dos planos de recursos hídricos ou em estudos específicos;

V - elaborar propostas de classe transitória na ausência de enquadramento, em

articulação com a SRE;

VI - acompanhar, no âmbito dos planos de recursos hídricos ou de programas de efetivação de enquadramento, a evolução da implementação das metas de qualidade da água;

VII - promover a elaboração de estudos para proposição de ações de controle da poluição hídrica, com vistas à garantia da qualidade da água para usos prioritários; e

VIII - acompanhar a evolução de ações de controle da poluição hídrica no país, a partir de programas de despoluição de bacias hidrográficas do Poder Executivo.

Art. 81. À Coordenação de Mudança do Clima – COMUC compete:

I - coordenar as atividades relacionadas ao tema mudança do clima na ANA, incluindo a participação em fóruns, grupos e colegiados sobre o tema;

II - elaborar análise e estudos sobre impactos da mudança do clima nos recursos hídricos;

III - elaborar estudos de vulnerabilidade à mudança do clima relacionada aos setores de recursos hídricos e de saneamento básico;

IV - acompanhar estudos nacionais e internacionais sobre mudança do clima, buscando promover a incorporação dos resultados nas atividades desempenhadas pela ANA; e

V - fomentar a construção de alternativas e promover a adoção de medidas de adaptação dos instrumentos e da gestão dos recursos hídricos aos impactos da mudança do clima, em articulação com as UORGs.

Seção IV

Do processo de tecnologia da informação

Art. 82. À Superintendência de Tecnologia da Informação – STI compete:

I - coordenar, implementar e gerir as soluções digitais da ANA, em articulação com as demais UORGs;

II - subsidiar a alta administração na implementação das ações de governo digital e no uso de soluções e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

III - promover o alinhamento das ações de TIC com as determinações do governo federal e com as diretrizes estratégicas da ANA quanto ao tema;

IV - coordenar, propor, orientar, supervisionar e acompanhar a execução dos projetos relativos a sistemas de informações e soluções digitais, em articulação com as demais unidades da ANA;

V - administrar, supervisionar, acompanhar e controlar a infraestrutura e os recursos de TIC da ANA;

VI - promover a cultura de segurança de TIC e administrar, supervisionar, acompanhar e controlar a implantação dos mecanismos de Segurança da Informação e Comunicações – SIC da ANA, no âmbito da TIC;

VII - propor estratégias e padrões, e administrar as bases de dados para a sistematização e a disponibilização de informações corporativas da ANA;

VIII - direcionar, propor, orientar e supervisionar a governança de TIC e a gestão de riscos de TIC da ANA;

IX - direcionar, propor, orientar e supervisionar a gestão de contratos e convênios de bens e serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação;

X - promover ações que fomentem a inovação, bem como a utilização de novas tecnologias e soluções digitais, em articulação com as demais UORGs;

XI - orientar, avaliar e supervisionar a elaboração, a revisão e o monitoramento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), do Plano de Transformação Digital (PTD), a gestão dos programas e das atividades de tecnologia da informação e comunicação (TIC), seus orçamentos e suas alterações, em consonância com a Estratégia de Governo Digital da Administração Pública federal;

XII - realizar a gestão da estrutura de pessoal da STI, bem como das necessidades de capacitação e aprimoramento de competências, alinhadas às diretrizes institucionais e boas práticas de gestão e governança de TIC, fomentando a inovação e a melhoria contínua;

XIII - disponibilizar e promover o intercâmbio de dados e informações, por meio de TI, com os estados e as entidades externas;

XIV - prospectar e firmar parcerias, cooperações técnicas e intercâmbios de experiências e informações com os órgãos centrais, setoriais e correlatos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), os órgãos e as entidades da administração pública federal, as empresas públicas e privadas e as instituições de ensino e pesquisa; e

XV - secretariar a Câmara de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicações (CGDI), em conformidade com o estabelecido no Sistema de Governança da ANA – SIGOV.

Parágrafo único. À STI estão subordinadas a Gerência Executiva de Soluções Digitais e Infraestrutura de TI – GESIN e suas coordenações, a Coordenação, a Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação – COGTI, a Coordenação de Planejamentos e Contratos de TIC – CPLAC.

Art. 83. À Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação – COGTI compete:

I - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as metodologias e os processos de governança;

II - mensurar e divulgar as metas e os indicadores de TIC;

III - apoiar as estruturas do Sistema de Governança da ANA no planejamento da área de TIC, na elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC;

IV - apoiar a STI nas atividades de secretaria-executiva da Câmara de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicações (CGDI);

V - apoiar as auditorias de governança realizadas pelos órgãos de controle internos e externos para avaliar a adequação dos processos de TIC às normas pertinentes;

VI - planejar, elaborar, executar, acompanhar e manter o processo de gestão de riscos de TIC;

VII - coordenar a elaboração e revisão das peças orçamentárias de responsabilidade da STI;

VIII - monitorar o orçamento da UORG em conjunto com as demais coordenações, acompanhando sua execução e propondo adequações na alocação dos recursos orçamentários geridos pela STI;

IX - planejar, executar, acompanhar e monitorar as ações de comunicação da superintendência;

X - assessorar a STI no que diz respeito aos temas de competência da coordenação;

XI - propor a aquisição e a contratação, de bens e serviços de TIC, em articulação com as demais coordenações da STI; e

XII - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação, bem como outros de responsabilidade da STI.

Art. 84. À Coordenação de Planejamento e Contratos de TIC – CPLAC compete:

I - coordenar as atividades relacionadas ao planejamento das contratações de TIC;

II - apoiar as demais coordenação da STI na construção do Planejamento de Contratação Anual de bens e serviços de TIC (PCA), bem como realizar o seu respectivo monitoramento e revisão;

III - coordenar e apoiar as demais coordenações da STI, na elaboração dos documentos e artefatos requeridos nos processos de contratação de bens e serviços de TIC;

IV - estabelecer rotinas e procedimentos para implementação das melhores práticas de gestão e fiscalização de contratos de TIC;

V - acompanhar as atividades de gestão e fiscalização de contratos realizadas por todas as coordenações da STI, apoiando as Equipes de Fiscalização designadas;

VI - assessorar a STI no que diz respeito aos temas de competência da coordenação;

VII - apoiar as auditorias realizadas pelos órgãos de controle internos e externos, para avaliar a adequação das contratações de TIC às normas e recomendações pertinentes;

VIII - propor a aquisição e a contratação, de bens e serviços de TIC, em articulação com as demais coordenações da STI; e

IX - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação, bem como outros de responsabilidade da STI.

Art. 85. À Gerência Executiva de Soluções Digitais e Infraestrutura de Tecnologia da Informação - GESIN compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a evolução tecnológica dos sistemas, serviços, aplicativos e portais corporativos da ANA;

II - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a infraestrutura tecnológica, infraestrutura de redes, meios de comunicação, e servidores corporativos da ANA;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de gestão de dados da ANA;

IV - planejar e coordenar o relacionamento com as áreas de negócio, em relação às Tecnologias da Informação e Comunicação;

V - monitorar e acompanhar a evolução do portfólio de sistemas, aplicativos, portais, soluções de dados e painéis da ANA;

VI - promover, no âmbito da CGSDI, a adequação dos processos de TIC às normas pertinentes;

VII - coordenar, monitorar e divulgar, no âmbito da CGSDI, a implementação e a execução de boas práticas de TIC;

VIII - assessorar a STI no que diz respeito aos temas de competência da Coordenação-Geral;

IX - apoiar o atendimento das auditorias realizadas por órgãos e entidades de controle interno e externo, nos temas relacionados às atribuições da Coordenação-Geral;

X - propor a aquisição e a contratação de bens e serviços de TIC, em articulação com as demais coordenações da STI quando necessário; e

XI - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação-Geral, bem como outros de responsabilidade da STI.

XII - coordenar projetos de simplificação e transformação digital de serviços da STI;

XIII - gerenciar o portfólio de projetos de TIC da ANA;

prospectar soluções digitais considerando tecnologias disruptivas

XIV - Propor e coordenar iniciativas para a implantação da Política de Governo Digital no âmbito da ANA;

XV - promover ações que fomentem a inovação e a utilização de novas tecnologias;

Parágrafo único. À GESIN estão subordinadas a Coordenação de Sistemas e Soluções Digitais – COSIS, a Coordenação de Infraestrutura e Operações de Tecnologia da Informação – COOPI, a Coordenação de Gestão de Dados – COGED e Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações – COSIC.

Art. 86. À Coordenação de Sistemas e Soluções Digitais – COSIS compete:

I - definir, desenvolver, implantar, gerenciar e promover a evolução tecnológica dos sistemas, serviços digitais, aplicativos e portais corporativos da ANA, assegurando que as soluções tecnológicas atendam às necessidades institucionais e possibilitem a melhoria contínua dos processos administrativos e operacionais da organização;

II - prover os mecanismos de TI necessários ao intercâmbio e à publicação de dados e informações dos sistemas da ANA com entidades externas, garantindo a interoperabilidade e segurança no compartilhamento de informações, respeitando as normas de proteção de dados e regulamentações aplicáveis;

III - propor padrões, novas tecnologias e soluções tecnológicas para os sistemas da ANA, em articulação com as demais coordenações e Unidades Organizacionais (UORGs), visando à padronização, otimização e modernização das plataformas tecnológicas, alinhando-as às melhores práticas de TIC e às demandas estratégicas da instituição;

IV - elaborar e gerir a evolução do portfólio de sistemas, aplicativos e portais da ANA, garantindo que as soluções tecnológicas estejam atualizadas, sejam eficazes e atendam às necessidades institucionais, promovendo a inovação e a melhoria contínua das plataformas corporativas;

V - assessorar a GESIN no que diz respeito aos temas de competência da coordenação;

VI - apoiar o atendimento das auditorias realizadas por órgãos e entidades de controle interno e externo, nos temas relacionados às atribuições da coordenação;

VII - propor a aquisição e a contratação de bens e serviços, relacionados às atribuições da Coordenação; e

VIII - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação, bem como outros de responsabilidade da STI.

Art. 87. À Coordenação de Infraestrutura e Operações de Tecnologia da Informação – COOPI compete:

I - planejar, definir, administrar e prover o ambiente tecnológico ao ambiente de infraestrutura de redes, meios de comunicação, sistemas e servidores corporativos, com vistas a garantir a consecução das atividades finalísticas e administrativas da ANA;

II - avaliar, definir e implantar novas tecnologias e ferramentas, para manter o ambiente de infraestrutura atualizado, conforme as melhores práticas e de acordo com os dispositivos legais e normativos do governo federal;

III - administrar as bases de dados e informações corporativas, garantindo disponibilidade, integridade e confidencialidade;

IV - prover serviço de atendimento de chamados e requisições – central de serviços, para suporte aos usuários, no uso dos recursos e serviços de TIC;

V - implantar e operar os mecanismos de Segurança da Informação e Comunicações da ANA;

VI - implantar e operar ferramentas de análise, tratamento de incidentes e ativos de segurança computacional e eletrônica;

VII - prospectar, definir, implantar e operar ferramentas de monitoramento da infraestrutura de TIC da ANA;

VIII - assessorar a GESIN no que diz respeito aos temas de competência da coordenação;

IX - apoiar o atendimento das auditorias realizadas por órgãos e entidades de controle interno e externo, nos temas relacionados às atribuições da coordenação;

X - propor a aquisição e a contratação de bens e serviços, relacionados às atribuições da Coordenação; e

XI - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação, bem como outros de responsabilidade da STI.

Art. 88. À Coordenação de Gestão de Dados – COGED compete:

I - planejar, gerenciar, documentar e integrar os recursos de dados;

II - administrar as bases de dados que deem subsídio à gestão de informações vinculadas aos sistemas finalísticos e institucionais da ANA;

III - apoiar o gerenciamento do ciclo de vida do dado e seus ambientes tecnológicos de disponibilização e tramitação, em articulação com as demais UORGs;

IV - apoiar a elaboração e a manutenção da arquitetura e dos modelos de dados, bem como prover serviços de administração e análise de dados que promovam a transformação digital dos serviços e apoiem as necessidades das áreas de negócio;

V - coordenar e avaliar as propostas e ações vinculadas à integração de dados utilizadas nos processos de negócio da ANA;

VI - realizar articulações com o órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, demais órgãos do SISP e outras entidades voltadas às necessidades de gestão de dados utilizadas pelos processos de negócio;

VII - apoiar a melhoria dos processos de comunicação interna, por meio da oferta de soluções em dados úteis ao negócio da ANA;

VIII - disseminar soluções de compartilhamento e de análise de dados na oferta de serviços públicos pela ANA;

IX - coordenar iniciativas para simplificar e ampliar o compartilhamento de dados de forma organizada e sustentável;

X - manter o acervo das bases de dados necessárias aos sistemas finalísticos de informações em infraestrutura e aos sistemas internos de gestão institucional;

XI - propor, coordenar e acompanhar a política de governança de dados da ANA;

XII - fomentar, propor, planejar e implementar inovações tecnológicas relacionadas a dados e inteligência de negócio, visando aprimorar os processos de gestão, análise e uso estratégico da informação;

XIII - elaborar e gerir a evolução do portfólio de soluções de dados e painéis da ANA;

XIV - assessorar a GESIN no que diz respeito aos temas de competência da coordenação;

XV - apoiar o atendimento das auditorias realizadas por órgãos e entidades de controle interno e externo, nos temas relacionados às atribuições da coordenação;

XVI - propor a aquisição e a contratação de bens e serviços, relacionados às atribuições da Coordenação; e

XVII - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação, bem como outros de responsabilidade da STI.

Art. 89. À Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações - COSIC compete:

I - Elaborar, propor e revisar periodicamente políticas, normas, diretrizes e procedimentos de segurança da informação e comunicações, alinhados às melhores práticas e regulamentações aplicáveis;

II - Coordenar e implementar processos de gestão de riscos de segurança da informação e comunicações, incluindo a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento contínuo de ameaças e vulnerabilidades que possam impactar os ativos de informação;

III - Estabelecer mecanismos para detecção, análise e resposta a incidentes de segurança da informação e comunicações, garantindo a continuidade das operações e a pronta recuperação de sistemas impactados;

IV - Assegurar o cumprimento das legislações, normativos e padrões nacionais e internacionais de segurança da informação, a fim de responder auditorias periódicas para verificar a aderência às políticas de segurança estabelecidas;

V - Planejar e executar programas de capacitação e conscientização em segurança da informação e comunicações para todos os colaboradores da organização, fomentando a cultura de segurança e o uso responsável dos recursos de TIC;

VI - Participar e apoiar tecnicamente a Câmara de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicações (CGDI);

VII - Implementar e manter controles eficientes de gestão de identidades e acessos, garantindo que o uso dos sistemas de informação seja restrito às pessoas autorizadas e compatível com suas atribuições;

VIII - Coordenar a implementação de mecanismos de segurança nas comunicações, garantindo a proteção de dados sensíveis e a integridade das informações transmitidas em meios digitais;

IX - Desenvolver e implementar planos de continuidade, recuperação de desastres e contingência operacional relacionados à segurança da informação, assegurando a continuidade dos serviços críticos da ANA em emergências;

X - Manter interlocução com órgãos reguladores, entidades governamentais e parceiros externos, visando à troca de informações, alinhamento de práticas de segurança e cumprimento das exigências legais e normativas;

XI - assessorar a GESIN no que diz respeito aos temas de competência da coordenação;

XII - apoiar o atendimento das auditorias realizadas por órgãos e entidades de controle interno e externo, nos temas relacionados às atribuições da coordenação;

XIII - propor a aquisição e a contratação de bens e serviços, relacionados às atribuições da Coordenação; e

XIV - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos e convênios, relacionados às atribuições da Coordenação, bem como outros de responsabilidade da STI.

Seção V

Dos processos de regulação de usos de recursos hídricos

Art. 90. À Superintendência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos – SRE compete:

I - examinar, decidir e outorgar, a partir de delegação da Diretoria Colegiada, pedidos de outorga de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, com base nos critérios estabelecidos em normativos específicos;

II - propor a emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, em corpos de água de domínio da União;

III - propor a emissão de DRDHs;

IV - propor o estabelecimento de marcos regulatórios, no que se refere a critérios e procedimentos de outorga;

V - emitir declaração de regularidade para usos que independem de outorga, para interferências e serviços não sujeitos à outorga, subsidiando-se pela análise parametrizada no Sistema Federal de Regulação de Usos – REGLA;

VI - promover ações destinadas a assegurar usos prioritários da água e o cumprimento de outorgas, alocações de água e marcos regulatórios;

VII - apoiar a proposição de declaração de situação crítica de escassez, quantitativa ou qualitativa, de recursos hídricos, nos corpos hídricos que impacte o atendimento aos usos múltiplos localizados em rios de domínio da União, por prazo determinado, com base em estudos e dados de monitoramento, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando houver, em articulação com a SOE e demais UORGs pertinentes;

VIII - propor regras de uso da água em geral a fim de assegurar os usos múltiplos durante a vigência de declarações de situação crítica de escassez, quantitativa ou qualitativa, de recursos hídricos;

IX - propor e coordenar os processos de delegação da outorga aos estados e ao Distrito Federal;

X - fomentar a integração nacional da regulação de usos de recursos hídricos;

XI - desenvolver e propor mecanismos, metodologias, procedimentos, instrumentos e normas para a regulação de usos de recursos hídricos de forma articulada com setores hidro-dependentes, considerando as incertezas relacionadas ao clima, à economia e o comprometimento da disponibilidade hídrica territorial;

XII - apoiar as ações de capacitação e comunicação relacionadas à regulação; e

XIII - gerenciar o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos de Hídricos – CNARH.

§ 1º. A SRE disporá de um cargo de Gerente Executivo responsável por atuar nas diversas esferas de competência da superintendência, a critério do Superintendente, na coordenação e/ou supervisão de projetos, processos, na gestão de acordos de cooperação e outros instrumentos contratuais, na emissão de pareceres técnicos, na elaboração de estudos pertinentes à regulação, e no apoio estratégico e técnico ao gabinete da Superintendência, incluindo a promoção de ações de aprimoramento da gestão de recursos hídricos, a articulação de ações de responsabilidade da SRE com as ações das demais UORGs e entidades externas e o acompanhamento e execução de projetos estratégicos liderados pela SRE.

§ 2º. À SRE estão subordinadas a Coordenação de Outorga – COOUT, a Coordenação de Regulação de Usos para Atividades Econômicas– COREG, a Coordenação de Regulação de Usos em Sistemas Hídricos Locais – COMAR e a Coordenação de Fomento à Integração Nacional de Regulação de Usos – COINT.

Art. 91. À Coordenação de Outorga – COOUT compete:

I - examinar pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, em corpos de água de domínio da União, sob o ponto de vista da eficiência e da racionalidade do uso da água pelo empreendimento e da disponibilidade hídrica, segundo informações providas pela COREG e pela COMAR, e sobre eles emitir parecer técnico, acompanhado das respectivas minutas de resoluções;

II - especificar os requisitos e subsidiar a estruturação e a implementação dos procedimentos de outorga;

III - providenciar a emissão de declaração de regularidade para usos que independam de outorga e para serviços e interferências nos corpos hídricos não sujeitos à outorga;

IV - acompanhar e realizar, em articulação com a SFI, a avaliação técnica, quando couber, do atendimento às condicionantes relacionadas às outorgas de direito de uso de recursos hídricos para todos os usos, salvo aproveitamentos hidrelétricos e obras hidráulicas em geral;

V - gerenciar o Sistema Nacional de Regulação de Usos - REGLA;

VI - prover informações relativas aos cálculos de demandas de usos de recursos hídricos para o desenvolvimento e a evolução de aplicativos para a análise de pedidos de outorga, em articulação com a STI e a SHE; e

VII - elaborar propostas de condicionantes para as outorgas visando à indução ao uso racional da água.

Art. 92. À Coordenação de Regulação de Usos para Atividades Econômicas – COREG compete:

I - examinar pedidos de emissão de DRDH e sobre eles emitir parecer técnico e respectivas minutas de resolução, inclusive quando da sua conversão em outorga de direito de uso;

II - examinar pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos para obras hidráulicas em geral e aproveitamentos hidrelétricos, e sobre eles emitir parecer técnico e respectivas minutas de resolução;

III - prover informações relativas à disponibilidade hídrica, em articulação com a SHE, e o apoio técnico, em articulação com a STI, para o desenvolvimento e a manutenção de aplicativos para a análise de pedidos de outorga;

IV - subsidiar a análise técnica de pedidos de outorga, sob o ponto de vista da disponibilidade hídrica e para verificação dos impactos decorrentes de obras hidráulicas que acarretem alterações no regime de vazões do corpo hídrico e interferências não sujeitas a outorga, por solicitação da COOUT;

V - gerenciar o Sistema de Suporte à Decisão da Outorga – SSDO;

VI - desenvolver estudos e propostas técnicas para a alocação de água e para marcos regulatórios, envolvendo operação de reservatórios;

VII - acompanhar e realizar a avaliação técnica do atendimento às condicionantes relacionadas às DRDHs e outorgas de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos e obras hidráulicas em geral, em articulação com a SFI;

VIII - desenvolver e propor mecanismos, metodologias, procedimentos, instrumentos e normas para a regulação de usos de recursos hídricos considerando as especificidades dos

setores hidro-dependentes; e

IX - apoiar as cooperações e parcerias com outras entidades relacionadas aos setores hidro-dependentes para fins de aperfeiçoamento relacionadas à regulação de usos de recursos hídricos.

Art. 93. À Coordenação de Regulação de Usos em Sistemas Hídricos Locais – COMAR compete:

I - coordenar o estabelecimento de marcos regulatórios, articulando-se com as UORGs, conforme necessário;

II - coordenar os processos de alocação de água em sistemas hídricos, articulando-se com as UORGs, conforme necessário;

III - elaborar estudos para o gerenciamento de reservatórios e sistemas hídricos, no que se refere à alocação de água;

IV - desenvolver e propor mecanismos, metodologias, procedimentos, instrumentos e normas de regulação de usos em sistemas hídricos locais;

V - contribuir na elaboração de estudos de estimativa do valor econômico da água, em parceria com a SHE, de forma a subsidiar os processos decisórios referentes aos requerimentos de outorga, alocações de água e marcos regulatórios;

VI - identificar descumprimento de prazos para início e conclusão da implantação de empreendimentos, bem como de ausência de uso, propor a suspensão de outorgas e apoiar essa atividade pelos OGERHs, em articulação com a COINT;

VII - apoiar a SRB na elaboração de planos operativos e de gestão de infraestrutura hídrica, incluindo o Plano de Gestão Anual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PGA/PISF, bem como no exame de propostas de instrumentos correlatos e na proposição de atos regulatórios correspondentes, no que se refere aos processos de alocação de água e estabelecimento de marcos regulatórios quando envolverem prestação de serviços hídricos;

VIII - apoiar a proposição de declaração de situação crítica de escassez, quantitativa ou qualitativa, de recursos hídricos, nos corpos hídricos que impacte o atendimento aos usos múltiplos localizados em rios de domínio da União, por prazo determinado, com base em estudos e dados de monitoramento, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando houver, em articulação com a SOE e demais UORGs pertinentes; e

IX - propor regras de uso da água em geral a fim de assegurar os usos múltiplos durante a vigência de declarações de situação crítica de escassez, quantitativa ou qualitativa, de recursos hídricos;

Art. 94. À Coordenação de Fomento à Integração Nacional de Regulação de Usos COINT compete:

I - promover, em articulação com a STI, a integração entre os sistemas de outorga da ANA e dos OGERHs, preferencialmente, de forma automática e em tempo real;

II - promover, em articulação com a SHE, a adoção de base hidrográfica única, de disponibilidade hídrica comum e de balanço hídrico, entre a ANA e os OGERHs;

III - participar da elaboração de propostas de regulação de usos, em articulação com as coordenações da SRE, com vistas a simplificar os procedimentos e a reduzir os custos regulatórios e prazos de análise, bem como apoiar os OGERHs na elaboração de seus normativos;

IV - coordenar a utilização do REGLA, pelos OGERHs, para fins de recebimento e análise dos pedidos de regularização de usos;

V - promover, em articulação com a STI, a integração entre o CNARH e as bases de

dados de outorga dos OGERHs, preferencialmente, de forma automática e em tempo real;

VI - gerenciar o CNARH e promover sua implementação em nível nacional, incluindo a especificação do seu conteúdo, a integração com bases de dados de usuários estaduais e distritais, bem como sua manutenção e melhorias, em articulação com a STI;

VII - sistematizar as informações no CNARH, a fim de subsidiar estudos, ações de planejamento e regularização de uso de recursos hídricos, incluindo a definição e a execução de procedimentos para consistência e manutenção dos cadastros na base de dados do CNARH, em articulação com as autoridades outorgantes; e

VIII - instruir e acompanhar os processos de delegação da outorga aos estados e ao Distrito Federal.

Seção VI

Dos processos de regulação de serviços hídricos e segurança de barragens

Art. 95. À Superintendência de Regulação de Serviços Hídricos e Segurança de Barragens – SRB compete:

I - propor atos normativos relacionados aos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e aos serviços de adução de água bruta, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, inclusive mediante a fixação de padrões de eficiência e das tarifas para prestação do respectivo serviço;

II - propor atos normativos relacionados com segurança de barragens sob responsabilidade da ANA;

III - propor atos normativos relativos aos aspectos da sustentabilidade operacional e hídrica da infraestrutura e procedimentos para emissão de CERTOH;

IV - coordenar a implementação e a operação do cadastro de segurança de barragens sob responsabilidade da ANA;

V - examinar, decidir e classificar barragens por dano potencial associado, por categoria de risco e por volume, das quais a ANA seja órgão fiscalizador de segurança de barragens, com base nos critérios estabelecidos em normativos específicos;

VI - coordenar a elaboração e propor o encaminhamento do relatório de segurança de barragens ao CNRH;

VII - coordenar o gerenciamento, com o apoio da STI, do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB;

VIII - elaborar guias e manuais sobre segurança de barragens, serviços de irrigação, se em regime de concessão, e de adução de água bruta, com o objetivo de garantir maior efetividade da regulação;

IX - propor ações de capacitação relacionadas às competências da SRB;

X - promover e gerir acordos de cooperação técnica e parcerias nas temáticas de segurança de barragens, serviços de irrigação e de adução de água bruta, inclusive internacionais;

XI - propor e executar projetos e ações com o objetivo de fomentar o cadastramento de barragens no SNISB e orientar demais órgãos fiscalizadores de segurança de barragens quanto à padronização de procedimentos regulatórios e de fiscalização de barragens;

XII - propor e executar projetos e ações que fomentem a regularização de barragens bem como a sustentabilidade de atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras consideradas prioritárias;

XIII - propor o processo de descentralização das atividades de operação e

manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União, excetuada a infraestrutura componente do SIN, gerido pelo ONS, e dos aproveitamentos hidrelétricos que não operem interligados; e

XIV - examinar a proposta Plano de Gestão Anual – PGA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF encaminhada pela operadora federal e encaminhar para deliberação da Diretoria Colegiada.

Parágrafo único. À SRB estão subordinadas a Coordenação de Regulação de Serviços Hídricos – COSER, a Coordenação de Regulação de Segurança de Barragens – COSEB e a Coordenação de Regulação do PISF – CPISF.

Art. 96. À Coordenação de Regulação de Serviços Hídricos - COSER compete:

I - elaborar propostas de atos normativos que disciplinem a prestação, bem como estabeleçam padrões de eficiência e de tarifas de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e de serviços de adução de água bruta que envolvam recursos hídricos de domínio da União, articulando-se com a SFI no tocante às ações de fiscalização dos padrões de eficiência do serviço;

II - monitorar os aspectos econômico-financeiros, patrimoniais e contábeis da prestação de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e dos serviços de adução de água bruta quando envolverem recursos hídricos de domínio da União, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela ANA;

III - atuar em articulação com demais órgãos e entidades do Estado para a implementação de soluções para a prestação de serviços hídricos;

IV - acompanhar, avaliar e aprovar a conformidade dos planos de gestão e outros instrumentos específicos de ajuste contratual de prestação de serviços, no limite das competências regulatórias da ANA, relativos aos serviços regulados;

V - elaborar estudos visando ao aprimoramento da atividade regulatória de serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta;

VI - apoiar órgãos públicos federais na elaboração e na análise de minutas de contratos de prestação de serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta;

VII - acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta, promovendo, quando cabível, a gestão e a auditoria dos respectivos contratos;

VIII - apoiar a elaboração de planos operativos e de gestão de infraestrutura hídrica, bem como examinar propostas de instrumentos correlatos e propor atos regulatórios correspondentes;

IX - analisar pedidos de emissão de CERTOH relacionados aos aspectos da sustentabilidade operacional e hídrica da infraestrutura para sua emissão;

X - elaborar propostas de atos normativos a respeito de critérios e procedimentos para a emissão de CERTOH;

XI - promover, com apoio da SHE, estudos de reajuste, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro dos serviços regulados; e

XII - elaborar guias e manuais, direcionados ao público externo, relativos aos serviços de irrigação em regime de concessão e de adução de água bruta, viabilizando maior efetividade da regulação.

Art. 97. À Coordenação de Regulação de Segurança de Barragens – COSEB compete:

I - implementar o cadastro de segurança de barragens sob responsabilidade da ANA;

II - propor a classificação de barragens por dano potencial associado, por categoria

de risco e por volume, das quais a ANA seja órgão fiscalizador de segurança de barragens;

III - elaborar propostas de atos normativos que disciplinem a segurança de barragens fiscalizadas pela ANA, articulando-se com a SFI no tocante a ações pertinentes à fiscalização;

IV – gerir, com apoio da STI, e promover o uso do SNISB, induzindo sua integração com sistemas correlatos, objetivando maior efetividade à regulação e fiscalização da segurança de barragens no Brasil;

V - elaborar o relatório de segurança de barragens, em articulação com a SFI e com os demais órgãos fiscalizadores de segurança de barragens;

VI - desenvolver programas de fomento à melhoria da segurança de barragens e incentivo à implementação da PNSB, e apoiar outras UORGs na avaliação do cumprimento de metas de programas existentes;

VII - promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de segurança de barragens e fomentar a cultura da segurança de barragens;

VIII - desenvolver estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos na área de segurança de barragens, visando ao aprimoramento da atividade regulatória no âmbito de suas competências;

IX - acompanhar as atividades desenvolvidas sobre segurança de barragens no CNRH, no Comitê Interministerial de Segurança de Barragens e em outros fóruns;

X - propor cooperações e parcerias com outras entidades e instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de desenvolver e implementar as atividades previstas para a ANA, no âmbito da PNSB;

XI - propor e apoiar ações de capacitação e de comunicação relacionadas à regulação de segurança de barragens;

XII - propor aperfeiçoamentos nos procedimentos das demais UORGs, para contemplar aspectos relacionados com a gestão da segurança de barragens;

XIII - elaborar guias, manuais e materiais de divulgação sobre segurança de barragens, visando a uma maior efetividade regulatória;

XIV - dar suporte aos demais órgãos fiscalizadores de segurança de barragens e a outros usuários na utilização do SNISB, verificando necessidades de aperfeiçoamento e eventuais inconsistências, e comunicando à STI;

XV –acompanhar e apoiar a representação da ANA junto a conselhos, câmaras técnicas, comissões, comitês, grupos de trabalho, fóruns, congressos e seminários, de instituições governamentais e privadas, relacionadas à segurança de barragens e temas correlatos; e

XVI - apoiar pesquisas e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas relacionadas com segurança de barragens, no âmbito das atribuições da ANA.

Art. 98. À Coordenação de Regulação do PISF - CPISF compete:

I - propor à Diretoria Colegiada as diretrizes de atuação da ANA no âmbito do PISF que subsidiem o planejamento, a implantação, a operação, a manutenção e possíveis adaptações do projeto;

II - coordenar e prestar informações gerenciais acerca da atuação e da articulação da ANA com as operadoras, federal e estaduais, no âmbito do PISF, e as demais entidades envolvidas em sua implantação e operação;

III - coordenar as atividades da ANA relacionadas ao acompanhamento da implantação e da operação do PISF, em articulação com as demais UORGs e com instituições de governo, federal e estaduais;

IV - atuar como interlocutor junto a instituições de governo, federal e estaduais, nos

temas e atividades relacionadas ao PISF;

V - elaborar propostas de normas que disciplinem a prestação do serviço de adução de água bruta, estabeleçam padrões de eficiência e a regulação tarifária do PISF, articulando-se com a SFI no tocante às ações de fiscalização;

VI - monitorar os aspectos econômico-financeiros, patrimoniais e contábeis da prestação de serviços públicos de adução de água bruta do PISF, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela ANA;

VII - propor estudos visando ao aprimoramento da atividade regulatória de serviços públicos de adução de água bruta do PISF;

VIII - analisar as minutas de contratos de prestação de serviços públicos de adução de água bruta do PISF, emitindo parecer acerca da sua adequação e os submetendo à aprovação da Diretoria Colegiada;

IX - acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços públicos de adução de água bruta do PISF, promovendo, quando cabível, a gestão e a auditoria dos respectivos contratos;

X - apoiar a elaboração de planos operativos;

XI - examinar a proposta de PGA do PISF encaminhada pela operadora federal, e propor o ato para a sua aprovação;

XII - promover, em articulação com a COSER e a SHE, estudos de reajuste e revisão tarifária no âmbito do PISF e, quando cabível, acerca de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro; e

XIII - propor anualmente as tarifas a serem praticadas na prestação de serviço de adução de água bruta do PISF, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela ANA.

Seção VII

Dos processos de fiscalização de uso de recursos hídricos, fiscalização de operação de reservatórios, fiscalização de segurança de barragens e fiscalização de serviços de adução de água bruta

Art. 99. À Superintendência de Fiscalização – SFI compete:

I - fiscalizar o uso de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União, mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidades e infrações e a eventual determinação de retificação, pelos usuários, de atividades, obras e serviços;

II - fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, com vistas a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido em normas, instruções e outorgas vigentes;

III - fiscalizar o atendimento aos dispositivos legais relativos à segurança das barragens sob fiscalização da ANA, bem como exercer as obrigações da ANA como órgão fiscalizador de segurança das barragens previstas na Lei nº 12.334, de 2010;

IV - fiscalizar os padrões de eficiência da prestação de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e de serviços de adução de água bruta quando envolverem corpos de água de domínio da União, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela ANA;

V - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades, voltadas ao cumprimento da legislação federal pertinente aos recursos hídricos, à segurança de barragens e aos serviços de irrigação e de adução de água bruta;

VI - receber denúncias e proceder à fiscalização do que for relatado, quando couber;

VII - disciplinar a atividade fiscalizatória de uso de recursos hídricos em corpos de

água de domínio da União, incluindo eventual aplicação de penalidades;

VIII - definir critérios para promover e fiscalizar a implementação de sistemas de monitoramento de uso da água;

IX - disciplinar as ações de fiscalização de serviços públicos de irrigação, de serviços de adução de água bruta e de segurança de barragens, sob fiscalização da ANA, incluindo eventual aplicação de penalidades;

X - apoiar a elaboração de relatório de segurança de barragens e a implementação do SNISB;

XI - fiscalizar o cumprimento das condições e condicionantes de uso de recursos hídricos definidas nas outorgas, bem como nos marcos regulatórios e nas alocações negociadas;

XII - propor a celebração de protocolos de compromisso decorrentes das ações de fiscalização;

XIII - propor e coordenar processos de delegação de funções fiscalizatórias e sancionatórias, observando as seguintes condições mínimas:

a) existência de Unidade Organizacional exclusiva e responsável pelas atividades de fiscalização; e

b) quadro de servidores efetivos com competência para a realização das atividades a serem delegadas;

XIV - articular e executar ações de fiscalização com órgãos fiscalizadores de outras instituições, visando à harmonização de normas e procedimentos, à atuação coordenada e ao fortalecimento da fiscalização;

XV - comunicar situações de emergência em segurança de barragens ao órgão de proteção e defesa civil, em barragens fiscalizadas pela ANA;

XVI - coordenar a atuação da ANA durante as situações de emergência de segurança de barragens fiscalizadas pela ANA;

XVII - coordenar a elaboração dos planos plurianuais e anuais de fiscalização e submetê-los à apreciação da Diretoria Colegiada;

XVIII - especificar as metas de fiscalização para o PGA;

XIX - fiscalizar o cumprimento das regras de uso da água, a fim de assegurar os usos múltiplos, durante a vigência da declaração de situação crítica de escassez de recursos hídricos; e

XX - otimizar às atividades de fiscalização a partir da utilização de sistemas, tecnologias e ferramentas geotecnológicas, incluindo a aquisição e processamento de dados coletados remotamente inclusive o aerolevanteamento.

XXI - definir e implementar estratégias e mecanismos de comunicação, articulação, engajamento e aproximação com os regulados, incluindo instrumentos de reconhecimento de boas práticas e eficiência no uso da água, em articulação com a SAS, SPP e a ASCOM.

§ 1º No caso da delegação prevista no inciso XIII, a ANA poderá a qualquer tempo avocar para si a atividade delegada, quando da não observância dos critérios estabelecidos em lei específica e neste regimento, pela entidade delegada.

§ 2º À SFI estão subordinadas a Coordenação de Cadastro de Usuários e Monitoramento do Uso de Recursos Hídricos – COCAM, a Coordenação de Fiscalização de Uso – COFIU, a Coordenação de Fiscalização de Serviços Públicos e Operação de Reservatórios e de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão – CFISP, a Coordenação de Fiscalização de Segurança de Barragens – COFIS e a Coordenação de Sanções e Recursos – COSAR.

Art. 100. À Coordenação de Cadastro de Usuários e Monitoramento do Uso de Recursos Hídricos – COCAM compete:

I - gerenciar a base de dados espaciais e a aplicação de ferramentas geotecnológicas na SFI, em articulação com a STI;

II - definir metodologias para a obtenção e o processamento de dados adquiridos por meio de tecnologia remota para apoiar as ações de fiscalização, em articulação com a STI;

III - executar o monitoramento de áreas irrigadas utilizando sensoriamento remoto e realizar estimativas de consumo de água, em bacias hidrográficas e sistemas hídricos, para apoio das atividades da fiscalização;

IV - prover informações a partir das bases de dados de monitoramento de uso dos recursos hídricos, em bacias hidrográficas e sistemas hídricos, para apoio das atividades de fiscalização;

V - definir metodologias para o cadastro georreferenciado, executar o cadastramento e apoiar a regularização de usuários de recursos hídricos, em bacias de rios de domínio da União; e

VI - apoiar o planejamento e as ações de fiscalização, incluindo a identificação de potenciais irregularidades, a coleta, a consistência e a atualização de dados georreferenciados.

Art. 101. À Coordenação de Fiscalização de Uso – COFIU compete:

I - executar as ações de fiscalização de uso dos recursos hídricos de responsabilidade da ANA;

II - apoiar o estabelecimento de marcos regulatórios de uso da água, no que se refere a critérios e procedimentos de fiscalização;

III - disciplinar as ações de fiscalização de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, incluindo a aplicação de penalidades;

IV - fiscalizar o cumprimento das condições e condicionantes de uso de água definidas nas outorgas, nos marcos regulatórios, nos termos de alocação de água e nos regulamentos;

V - realizar ações de fiscalização decorrentes de denúncias de usos irregulares de recursos hídricos, pertinentes às atividades da Coordenação, quando couber;

VI - elaborar os planos plurianual e anual de fiscalização de uso de recursos hídricos;

VII - acompanhar a implementação dos protocolos de compromisso celebrados;

VIII - avaliar e elaborar propostas para delegação das atividades de fiscalização de uso dos recursos hídricos, em corpos hídricos da União, em articulação com os OGERHs, além de acompanhar e avaliar as atividades delegadas;

IX - promover a implementação e gerenciar sistemas de monitoramento integrado dos usos dos recursos hídricos, em bacias hidrográficas e sistemas hídricos críticos, em articulação com os OGERHs; e

Art. 102. À Coordenação de Fiscalização de Serviços Públicos e Operação de Reservatórios – CFISP compete:

I - definir, acompanhar e avaliar indicadores de desempenho, bem como fiscalizar os aspectos técnico-operacionais e padrões de eficiência operacionais da prestação de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e de serviços de adução de água bruta quando envolverem corpos de água de domínio da União, em conformidade com normas e diretrizes estabelecidas pela ANA, incluindo a aplicação de penalidades;

II - fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e

privados, com vistas a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido em normas, instruções e outorgas vigentes;

III - disciplinar as ações de fiscalização da operação de reservatórios, de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e de serviços de adução de água bruta quando envolverem corpos de água de domínio da União, incluindo a aplicação de penalidades;

IV - elaborar e revisar os planos plurianual e anual de fiscalização de serviços de adução de água bruta, de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e da operação de reservatórios;

V - proceder à fiscalização, decorrente de denúncia, pertinente à CFISP, quando couber; e

VI - acompanhar a implementação dos protocolos de compromisso celebrados.

Art. 103. À Coordenação de Fiscalização de Segurança de Barragens – COFIS compete:

I - executar as ações de fiscalização em atendimento aos dispositivos legais relativos à segurança das barragens sob fiscalização da ANA, em conformidade com a Política Nacional de Segurança de Barragens e com as diretrizes estabelecidas pela ANA;

II - apoiar a elaboração do relatório de segurança de barragens e a implementação do SNISB e o aprimoramento da metodologia para a classificação de barragens, incluindo a aplicação de Modelos Digitais de Elevação (MDE) de alta resolução;

III - disciplinar as ações de fiscalização de segurança de barragens sob fiscalização da ANA, incluindo a aplicação de penalidades;

IV - elaborar e revisar os planos plurianual e anual de fiscalização de segurança de barragens;

V - acompanhar a implementação dos protocolos de compromisso celebrados;

VI - proceder à fiscalização, decorrente de denúncia, pertinente à segurança de barragens, quando couber;

VII - informar a ocorrência de desastre ou acidente nas barragens sob fiscalização da ANA à autoridade licenciadora do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e ao órgão de proteção e defesa civil;

VIII - acompanhar e coordenar os peritos independentes no serviço de elaboração do laudo técnico referente às causas do rompimento de barragem; e

IX - articular, com órgãos de proteção e defesa civil, para promover ações de recuperação ou a desativação de barragens que não atendem aos requisitos de segurança, nos termos da legislação pertinente.

Art. 104. À Coordenação de Sanções e Recursos – COSAR compete:

I - subsidiar a decisão do Superintendente de Fiscalização, enquanto autoridade julgadora em primeira instância, no julgamento de recursos administrativos decorrentes da aplicação de penalidades por infração às normas vigentes;

II - avaliar os recursos administrativos em segunda instância e direcioná-los para julgamento pelo Diretor da Área de Regulação ou pela Diretoria Colegiada;

III - subsidiar o julgamento de recursos administrativos pelo Diretor da Área de Regulação ou pela Diretoria Colegiada, em segunda e última instância decorrente de autuação realizada por entidade estadual no âmbito da delegação da fiscalização;

IV - avaliar as denúncias recebidas e a pertinência de atendimento, considerando as atribuições legais da ANA;

V - analisar as demandas oriundas de órgãos jurisdicionais, ministeriais, de controle,

de segurança pública e da defensoria pública;

VI - acompanhar os processos sancionatórios de fiscalização, incluindo a aplicação de penalidades; e

VII - apoiar e acompanhar processos de descentralização por meio de delegações de fiscalização, bem como a harmonização de procedimentos e normas, relativos às funções sancionatórias e às atividades de fiscalização, junto aos OGERHs.

Seção VIII

Do processo de monitoramento hidrológico

Art. 105. À Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH compete:

I - coordenar as atividades desenvolvidas no âmbito da RHN, em articulação com órgãos e entidades, públicas e privadas, que a integram, ou que dela sejam usuários;

II - promover a integração das redes de monitoramento hidrometeorológico em operação no País;

III - promover, em articulação com a ASINT, a integração de redes hidrometeorológicas relativas a rios fronteirícios e transfronteirícios, em parceria com os países envolvidos;

IV - promover a modernização da RHN, em cooperação com entidades nacionais e internacionais;

V - coordenar e apoiar projetos e estudos que visem ao desenvolvimento de tecnologias e processos voltados ao monitoramento hidrológico;

VI - prover o SNIRH com dados e informações hidrológicas;

VII - promover a padronização e a normatização de procedimentos, para coleta e análise de dados hidrometeorológicos;

VIII - promover ou apoiar a capacitação em temas relacionados à RHN e à RNQA; e

IX - promover a implantação e a supervisão de redes de monitoramento hidrológico visando aprimorar a ação regulatória da ANA.

Parágrafo único. À SGH estão subordinadas a Coordenação de Planejamento da Rede Hidrometeorológica – CPLAR, a Coordenação de Operação da Rede Hidrometeorológica – COREH, a Coordenação de Dados e Informações Hidrometeorológicas – CODIH, a Coordenação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água – CRNQA e a Coordenação de Redes Hidrológicas de Setores Regulados – COSET.

Art. 106. À Coordenação de Planejamento da Rede Hidrometeorológica – CPLAR compete:

I - coordenar o planejamento da Rede Hidrometeorológica Nacional, com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização, em articulação com as demais UORGs da ANA e instituições com atuação no monitoramento hidrológico, considerando as demandas internas e externas e a pluralidade dos objetivos do monitoramento;

II - planejar a Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência – RHNR e promover seu desenvolvimento;

III – participar do planejamento da RNQA;

IV - fomentar a integração de redes hidrológicas de outras entidades à RHN, de forma a ampliar a cobertura e aperfeiçoar o monitoramento hidrológico em todo território nacional;

V - promover, em articulação com a ASINT, ações voltadas à integração de redes hidrometeorológicas em bacias de corpos hídricos fronteirícios e transfronteirícios, em parceria com

os respectivos países;

VI - promover a modernização da RHN, em cooperação com entidades nacionais e internacionais;

VII - promover projetos e estudos que visem ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias e processos voltados ao monitoramento hidrológico, em articulação com outras UORGs da ANA; e

VIII - promover estudos e ações que visem a sustentabilidade financeira da Rede Hidrometeorológica da ANA.

Art. 107. À Coordenação de Operação da Rede Hidrometeorológica – COREH compete:

I - coordenar a execução do programa anual de operação da Rede Hidrometeorológica da ANA;

II - apoiar a integração de redes de monitoramento hidrológico em operação no país e em bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços;

III - supervisionar a operação da Rede Hidrometeorológica da ANA;

IV - coordenar a implementação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência – RHNR;

V - coordenar a normatização da coleta de dados hidrológicos, no âmbito da Rede Hidrometeorológica da ANA; e

VI - supervisionar aquisições, verificações e manutenção da instrumentação da RHN, assim como pela logística de distribuição adequada no território nacional;

VII - promover projetos e estudos que visem ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias e processos voltados ao monitoramento hidrológico, em articulação com outras UORGs da ANA;

VIII – gerenciar o Centro de Instrumentação e Logística; e

IX - participar do planejamento da RHN.

Parágrafo único. À COREH está subordinado o Centro de Instrumentação e Logística, responsável por aquisições, verificações e manutenção da instrumentação da RHN, assim como pela logística de distribuição adequada no território nacional, cujas atividades serão objeto de Portaria específica.

Art. 108. À Coordenação de Dados e Informações Hidrometeorológicas – CODIH compete:

I - coordenar as atividades relativas ao gerenciamento da base de dados hidrometeorológicos provenientes da RHN;

II - controlar a quantidade e a qualidade dos dados provenientes da Rede Hidrometeorológica da ANA, bem como das redes de monitoramento cuja necessidade de implantação decorre da ação regulatória da ANA;

III - integrar ao SNIRH dados provenientes de redes de monitoramento hidrológico de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços, em articulação com os países envolvidos;

IV - supervisionar, junto às entidades operadoras, a análise de consistência dos dados provenientes da Rede Hidrometeorológica da ANA;

V - coordenar e normatizar os processos relacionados a recebimento, tratamento, qualificação e disponibilização de dados hidrometeorológicos de estações telemétricas da ANA;

VI - prover o SNIRH com dados e informações hidrológicos da RHN;

VII - promover projetos e estudos que visem ao desenvolvimento e à aplicação de

tecnologias e processos voltados ao monitoramento hidrológico, em articulação com outras UORGs da ANA; e

VIII - participar do planejamento da RHN.

Art. 109. À Coordenação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água – CRNQA compete:

I - coordenar o planejamento da RNQA e a elaboração do programa anual de operação e do plano de metas, em articulação com a SHE e as coordenações da SGH, e considerando as demandas da ANA;

II - supervisionar a operação da RNQA;

III - definir, junto às entidades parceiras da RNQA, o formato de intercâmbio e disponibilização dos dados de qualidade da água;

IV - coordenar a normatização de procedimentos para coleta e análise de dados de qualidade da água, no âmbito da RNQA;

V - promover projetos e estudos que visem ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias e processos voltados ao monitoramento hidrológico, em articulação com outras UORGs da ANA; e

VI - participar do planejamento da RHN.

Art. 110. À Coordenação de Redes Hidrológicas de Setores Regulados – COSET compete:

I - supervisionar as entidades usuárias de recursos hídricos que necessitam implantar o monitoramento hidrológico por força da ação regulatória da ANA;

II - normatizar os processos de planejamento, implantação, operação e análise de dados das redes de monitoramento hidrológico das entidades reguladas e prover diretrizes e orientações para sua implementação;

III - avaliar a proposta de implantação e a comprovação da instalação das redes de monitoramento hidrológico das entidades reguladas, em articulação com as demais coordenações da SGH;

IV - supervisionar a operação das estações hidrológicas implantadas pelas entidades reguladas e a entrega de dados hidrológicos;

V - normatizar os processos de planejamento, execução e apresentação de resultados da revisão do volume de reservatórios sujeitos à regulação da ANA e onde norma específica assim o exigir, bem como verificar o cumprimento dos processos pelos agentes responsáveis;

VI - subsidiar a SFI com informações sobre as estações hidrológicas exigidas por ato regulatório da ANA; e

VII - participar do planejamento da RHN.

Seção IX

Do processo de prevenção e mitigação dos impactos de eventos críticos e da operação de reservatórios

Art. 111. À Superintendência de Operações e Eventos Críticos – SOE compete:

I - planejar e promover ações destinadas a prevenir e a minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do SINGREH, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, em apoio aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios;

II - propor a definição das condições de operação de sistemas hídricos e

reservatórios, de impacto regional ou nacional, por agentes públicos e privados, excetuados aqueles já submetidos a marcos regulatórios ou alocação de água e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, com vistas a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos e a segurança hídrica das bacias e a prevenir e mitigar os efeitos de secas e inundações, em consonância com os planos das respectivas bacias hidrográficas e, quando se tratar de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos, em articulação com o ONS;

III - acompanhar as condições de operação dos sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional ou nacional, bem como emitir e divulgar boletins e gerenciar o Sistema de Acompanhamento de Reservatórios – SAR;

IV - apoiar a SFI e a SRE em ações pertinentes à fiscalização e à regulação, no que diz respeito ao acompanhamento de eventos críticos, naturais ou antrópicos, e à operação de sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional ou nacional;

V - coordenar as atividades da Sala de Situação da ANA relacionadas à prevenção e à minimização dos efeitos de eventos hidrológicos críticos – secas e inundações;

VI - apoiar a operação das salas de situação estaduais, distrital e de instituições parceiras, e sua integração com a Sala de Situação da ANA, com vistas a aperfeiçoar a atuação regional na prevenção e minimização dos efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com a SGH e a SAS, no que couber;

VII - articular as ações da ANA com as ações das entidades da esfera federal e dos entes do SINPDEC na gestão de eventos hidrológicos críticos;

VIII - coordenar o desenvolvimento e a operação do Programa Monitor de Secas em todo o território nacional, em articulação com as entidades parceiras, nas esferas federal e estadual, e com as salas de situação dos estados e do Distrito Federal;

IX - criar, coordenar e operacionalizar as salas de crise, as salas de acompanhamento, os observatórios e outros meios de participação de partes interessadas, destinados à coordenação e à articulação de atores governamentais e não governamentais, impactados pelos efeitos de crises hídricas e afetos ao acompanhamento da operação de sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional e nacional; e

X – apoiar a proposição de declaração de situação crítica de escassez, quantitativa ou qualitativa, de recursos hídricos, nos corpos hídricos que impacte o atendimento aos usos múltiplos localizados em rios de domínio da União, por prazo determinado, com base em estudos e dados de monitoramento, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando houver, em articulação com a SRE e demais UORGs pertinentes.

Parágrafo único. À SOE estão subordinadas a Coordenação de Operação de Reservatórios e Sistemas Hídricos – CORSH, a Coordenação de Eventos Críticos – COVEC e a Coordenação de Articulação para a Gestão de Eventos Críticos – COART.

Art. 112. À Coordenação de Operação de Reservatórios e Sistemas Hídricos – CORSH compete:

I - acompanhar as condições de operação de sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional ou nacional, e emitir e divulgar boletins pertinentes;

II - apoiar a SFI e a SRE em ações pertinentes à fiscalização e à regulação, no que diz respeito ao acompanhamento de eventos críticos, naturais ou antrópicos, e à operação de sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional ou nacional;

III - definir e gerenciar, com o apoio da STI, o SAR e eventuais sistemas e ferramentas, para o acompanhamento da situação e da operação de sistemas hídricos e reservatórios de impacto regional ou nacional;

IV - propor a definição das condições de operação de sistemas hídricos e

reservatórios, de impacto regional ou nacional, por agentes públicos e privados, excetuados aqueles já submetidos a marcos regulatórios ou alocação de água e o PISF, com vistas a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos e a segurança hídrica das bacias e a mitigar os efeitos das secas e inundações, em consonância com os planos das respectivas bacias hidrográficas e, quando se tratar de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos, em articulação com o ONS;

V - articular e propor condições de operação transitórias de reservatórios e sistemas hídricos de impacto regional ou nacional, para compatibilização com os usos dos recursos hídricos, inclusive durante a vigência de declarações de situação de escassez hídrica; e

VI - operacionalizar os grupos destinados à coordenação e à articulação de atores governamentais e não governamentais, impactados pelos efeitos de crises hídricas e afetos ao acompanhamento da operação de sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional e nacional, como as salas de crise, as salas de acompanhamento, os observatórios e outros referentes a situações com possibilidade de atuação pela operação de infraestrutura hídrica disponível.

Art. 113. À Coordenação de Eventos Críticos – COVEC compete:

I - apoiar tecnicamente as ações de gestão de riscos de eventos hidrológicos críticos, por meio da realização de estudos, desenvolvimento de ferramentas e sistemas, serviços de geoprocessamento, entre outros, incluindo a celebração e o gerenciamento de parcerias com outras instituições;

II - acompanhar a condição hidrológica de rios ou bacias considerados prioritários para prevenção e minimização dos efeitos de secas e inundações, temporária ou permanentemente, bem como emitir e divulgar os boletins pertinentes;

III - desenvolver ou adaptar ferramentas e realizar estudos de modelagem matemática para subsidiar a tomada de decisões no processo de gestão de riscos de secas e inundações, em articulação com outras UORGs, no que couber;

IV - apoiar ações de monitoramento e mapeamento das áreas de risco hidrológico, em articulação com entidades do SINPDEC e do SINGREH; e

V - operacionalizar as salas de crise destinadas à coordenação e à articulação de atores, governamentais e não governamentais, impactados pelos efeitos de crises hídricas, referentes a situações que não requeiram a operação de infraestrutura hídrica.

Art. 114. À Coordenação de Articulação para a Gestão de Eventos Críticos – COART compete:

I - promover a articulação e a integração entre as salas de situação da ANA, estaduais, distrital e de instituições parceiras, bem como com instituições relacionadas à gestão de eventos hidrológicos críticos, visando aperfeiçoar a atuação regional na prevenção e minimização desses eventos, especialmente em situações de emergência ou calamidade pública, em coordenação com a SGH e a SAS, no que couber;

II - apoiar as ações de acompanhamento dos eventos hidrológicos críticos e da operação de sistemas hídricos e reservatórios, de impacto regional ou nacional, por meio da articulação da ANA com entidades que atuam na gestão de eventos críticos e com as salas de situação estaduais, distrital e de instituições parceiras;

III - identificar e avaliar demandas de estudos, ferramentas, sistemas e outras melhorias para as salas de situação e fomentar seu atendimento;

IV - articular as ações da ANA, relacionadas à gestão de eventos hidrológicos críticos, com ações de entidades das esferas federal e estadual e de órgãos internacionais atuantes na área;

V - coordenar a operação do Programa Monitor de Secas em todo o território nacional, em articulação com as entidades parceiras, nas esferas federal e estadual, e com as

salas de situação dos estados e do Distrito Federal;

VI - apoiar a definição de diretrizes para a elaboração de Planos de Contingência para secas, em articulação com a COVEC e entidades do SINPDEC e do SINGREH; e

VII - apoiar a operacionalização das salas de crise e de acompanhamento de sistemas hídricos, incluindo a identificação dos setores impactados pelos eventos críticos e a articulação com representantes de instituições públicas e privadas envolvidas.

Seção X

Do processo de saneamento básico

Art. 115. À Superintendência de Regulação de Saneamento Básico – SSB compete:

I - propor normas de referência para padrões técnicos de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, para os componentes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

II - propor normas de referência para regulação tarifária dos quatro componentes dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico;

III - propor normas de referência para uniformização dos instrumentos negociais em relação aos quatro componentes de prestação de serviços públicos de saneamento básico, firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como especificação da matriz de riscos e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos serviços;

IV - propor normas de referência para estabelecer as metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico considerando, entre outras condições, o nível de cobertura e de atendimento de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão do serviço e o número de municípios atendidos;

V - propor normas de referência com relação a critérios para a contabilidade regulatória;

VI - propor normas de referência que estabeleçam metas para redução progressiva e controle da perda de água para o serviço de abastecimento de água;

VII - propor normas de referência para metodologia de cálculo de indenizações, devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados;

VIII - propor normas de referência, com regras de governança das entidades reguladoras, conforme princípios estabelecidos no art. 21, da Lei nº 11.445, de 2007, e na Lei nº 13.848, de 2019;

IX - propor normas de referência para as regras relativas ao reúso dos efluentes sanitários tratados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública, em articulação com a SPP;

X - propor normas de referência com vistas ao estabelecimento de parâmetros para determinação de caducidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XI - propor norma para metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de esgotamento sanitário;

XII - propor normas de referência, com conteúdo mínimo, para condições gerais de prestação universalizada e a sustentabilidade econômico-financeira, em relação aos quatro componentes dos serviços públicos de saneamento básico;

XIII - acompanhar e avaliar, no que compete às suas atribuições, as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação federal para a regulação da prestação de

serviços de saneamento básico;

XIV - apoiar, em articulação com outras esferas de governo, o incentivo à regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços;

XV - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços;

XVI - aprovar por meio de instrução normativa procedimentos regulatórios para o atendimento das diretrizes estabelecidas nas normas de referência aprovadas pela ANA; e

XVII – desenvolver, em conjunto com a Coordenação de Mediação, Conciliação e Arbitragem – COMCA, da Procuradoria Federal, as atividades atinentes à solução extrajudicial de conflitos que envolvam a interpretação e a aplicação das normas de referência para regulação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As normas de referência propostas devem incentivar a prestação adequada dos serviços, com atendimento pleno aos usuários, observados os princípios da regularidade, da continuidade, da eficiência, da segurança, da atualidade, da generalidade, da cortesia, da modicidade tarifária, da utilização racional dos recursos hídricos e da universalização dos serviços.

§ 2º. À SSB estão subordinadas a Coordenação Técnica da Superintendência de Regulação de Saneamento Básico – CTSSB, Coordenação de Regulação de Água e Esgoto – COAES, a Coordenação de Regulação de Resíduos Sólidos – CORES, a Coordenação de Regulação de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas – CODRU, a Coordenação de Governança das Entidades Reguladoras – COGER, a Coordenação de Regulação Tarifária – COTAR, a Coordenação de Legislação – COLEG, a Coordenação de Regulação Contábil – COCON e a Coordenação de Regulação de Instrumentos Negociais – CORIN.

Art. 116. À Coordenação Técnica da Superintendência de Regulação de Saneamento Básico – CTSSB compete:

I - Assessorar e apoiar a SSB no que diz respeito a todas as suas atribuições

II - Acompanhar a elaboração da agenda regulatória relativamente ao tema saneamento básico

III - Representar a SSB em reuniões internas e externas, em grupos técnicos de trabalho externos ou internos propostos por outras UORGs, instâncias colegiadas (como conselhos, câmaras técnicas, etc) que tenham relação com o tema saneamento básico

IV - Gerir e fiscalizar contratos, convênios, termos de colaboração, acordos, cooperação técnica e outros instrumentos congêneres

V - Instruir processo licitatório, contratações e parcerias

VI - Desenvolver metodologias de estudos aplicadas ao saneamento básico (métodos, modelos, procedimentos)

VII - Acompanhar a análise de impacto regulatório dos normativos do saneamento básico

VIII - Acompanhar a elaboração dos normativos da SSB e revisar suas minutas ao longo de todo o processo

IX - Acompanhar a elaboração dos trabalhos das coordenações da SSB

X - Gerir estudos e projetos da SSB em apoio às coordenações

XI - Planejar, especificar requisitos e acompanhar o desenvolvimento e implementação de módulos do sistema de acompanhamento da regulação

XII - Elaborar o orçamento anual da SSB e acompanhar a sua execução

XIII - Monitorar a alimentar o sistema de gestão da estratégia

Art. 117. À Coordenação de Regulação de Água e Esgoto – COAES compete:

I - propor normas de referência visando ao disciplinamento de padrões técnicos de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, para os componentes de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário;

II - apoiar, em articulação com outras esferas de governo, o incentivo à regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a instituição de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

III - propor normas de referência para estabelecer as metas de universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário considerando, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a estrutura de regionalização adequada e o número de municípios atendidos;

IV - propor normas de referência que estabeleçam metas para redução progressiva e controle da perda de água no serviço de abastecimento de água;

V - propor normas de referência com regras que viabilizem, incentivem e deem segurança jurídica para o reúso dos efluentes sanitários tratados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública;

VI - propor norma para previsão de metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de esgotamento sanitário;

VII - gerenciar o sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura e do atendimento dos serviços públicos de saneamento básico, para os componentes abastecimento de água e esgotamento sanitário;

VIII - acompanhar e avaliar, no que compete às suas atribuições, as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação federal, para a regulação da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

IX - propor normas de referência, com conteúdo mínimo, para condições gerais de prestação universalizada e a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

X - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços;

XI - atuar, em parceria com a CODRU, na busca de soluções que integrem e promovam o ganho de escala dos sistemas comuns de drenagem e manejo de águas pluviais e de esgotamento sanitário;

XII - atuar, em parceria com a CORES, na busca de soluções que integrem e promovam o ganho de escala dos sistemas comuns de drenagem e manejo de águas pluviais, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais e serviços de varrição das vias públicas.

Art. 118. À Coordenação de Regulação Resíduos Sólidos – CORES compete:

I - propor normas de referência visando ao disciplinamento de padrões técnicos de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, para os componentes de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos;

II - apoiar a elaboração de normas de referência para a padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como

especificação da matriz de riscos;

III - propor normas de referência para estabelecer as metas de universalização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos considerando, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a estrutura de regionalização adequada e o número de municípios atendidos;

IV - propor normas de referência para a avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de limpeza urbana e resíduos sólidos urbanos;

V - acompanhar e avaliar, no que compete às suas atribuições, as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação federal, para a regulação da prestação de serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos urbanos; e

VI - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços.

Art. 119. À Coordenação de Regulação de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas – CODRU compete:

I - propor normas de referência visando ao disciplinamento de padrões técnicos de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação, disposição final e tratamento dos sistemas de saneamento básico, para os componentes de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;

II - apoiar, em articulação com outras esferas de governo, o incentivo à regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços;

III - elaborar estudos técnicos voltados ao desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas sustentáveis, bem como guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas;

IV - apoiar a elaboração de normas de referência para a regulação econômica de prestação de serviços públicos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;

V - atuar, em parceria com a COAES, na busca de soluções que integrem e promovam o ganho de escala dos sistemas comuns de drenagem e manejo de águas pluviais e de esgotamento sanitário;

VI - atuar, em parceria com a CORES, na busca de soluções que integrem e promovam o ganho de escala dos sistemas comuns de drenagem e manejo de águas pluviais, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais e serviços de varrição das vias públicas; e

VII - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços.

Art. 120. À Coordenação de Governança das Entidades Reguladoras – COGER compete:

I - propor normas de referência com regras de governança aplicadas às entidades reguladoras infranacionais que atuam no setor de saneamento básico, conforme princípios estabelecidos no [art. 21, da Lei nº 11.445, de 2007](#), e na Lei nº 13.848, de 2019;

II - propor ato normativo disciplinando os requisitos e os procedimentos a serem observados pelas entidades encarregadas da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, para a comprovação da adoção das normas de referência que estabeleçam regras de governança regulatória;

III - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços;

IV - promover ações de apoio para implementação da governança pelas entidades reguladoras infranacionais;

V - consolidar as informações enviadas pelas demais coordenações da SSB sobre a adoção das normas de referência e providenciar a publicação na página da ANA; e

VI - estudar alternativas e propor metodologias para classificação e divulgação do nível de maturidade em governança das entidades reguladoras infranacionais.

Parágrafo único. As normas de referência propostas devem considerar os princípios da independência decisória, da autonomia administrativa, orçamentária e financeira, da transparência, da tecnicidade, da celeridade, da objetividade das decisões, da integridade e da prestação de contas, entre outros relacionados à governança regulatória.

Art. 121. À Coordenação de Regulação Tarifária – COTAR compete:

I - propor normas de referência para regulação tarifária dos quatro componentes dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico;

II - propor norma de referência para regulação tarifária, incluindo os temas de regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão, medição, faturamento e cobrança de serviços;

III – propor norma de referência que estabeleça critérios limitadores de sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final, independentemente da configuração de subcontratações ou de subdelegações;

IV - propor norma de referência que estabeleça os parâmetros para subsídios, tarifários e não tarifários, considerando aspectos de tarifa social;

V - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços; e

VI – atuar em conjunto com as demais coordenações para implementar normas de referência sobre regulação tarifária para os quatro componentes de saneamento básico.

Art. 122. À Coordenação de Legislação – COLEG compete:

I - acompanhar e avaliar, no que compete às suas atribuições, as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação federal, para a regulação da prestação de serviços de saneamento básico;

II - acompanhar a implementação de acordos e outros instrumentos de cooperação celebrados com outros órgãos e entidades com vistas à aplicação da legislação federal para regulação da prestação de serviços de saneamento básico;

III - acompanhar o processo de elaboração das modelagens, com vistas a incentivar a incorporação das normas de referência aos novos contratos licitados;

IV - auxiliar no processo de elaboração e proposição das normas de referência pelas demais coordenações da SSB, contribuindo para identificar interfaces e eventuais sobreposições;

V - desenvolver, em conjunto com a Procuradoria Federal, as atividades atinentes à solução de conflitos que envolvam a interpretação e a aplicação das normas de referência para regulação dos serviços de saneamento básico.

Art. 123. À Coordenação de Contabilidade Regulatória – COCON compete:

I - propor normas de referência com relação a critérios para a contabilidade regulatória para os quatro componentes de saneamento básico;

II - propor normas de referência para metodologia de cálculo de indenizações, devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados; e

III - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços.

Art. 124. À Coordenação de Regulação de Instrumentos Negociais – CORIN compete:

I - propor normas de referência para uniformização dos instrumentos negociais em relação aos quatro componentes de prestação de serviços públicos de saneamento básico, firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão, entre outros aspectos, metas de eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como especificação da matriz de riscos e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades;

II - propor normas de referência com vistas ao estabelecimento de parâmetros para determinação de caducidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico;

III - apoiar a COTAR no estabelecimento de critérios limitadores de sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final, independentemente da configuração de subcontratações ou de subdelegações; e

IV - monitorar a adoção das normas de referência nos temas de sua competência, e antecipar riscos e possíveis dificuldades na implementação destas normas que possam repercutir na prestação dos serviços.

Seção XI

Dos processos de administração, finanças e gestão de pessoas

Art. 125. À Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da ANA, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais relativos a orçamento, administração financeira, contabilidade, serviços gerais, pessoal e recursos externos;

II - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil da ANA;

III - apoiar a ASGOV na prestação de informações sistemáticas à Diretoria Colegiada, sobre a execução orçamentária, financeira e contábil, de forma a lhe permitir o adequado gerenciamento dos recursos;

IV - promover a arrecadação e o controle de recebimento de multas aplicadas pela fiscalização em decorrência do uso irregular e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, no âmbito da ANA;

V - promover licitação para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, inclusive aqueles que envolvam recursos externos;

VI - elaborar a prestação de contas anual da ANA e subsidiar a ASGOV na elaboração do relatório de gestão e do relatório anual de atividades, a fim de submetê-los à Diretoria Colegiada;

VII - atuar em parceria com as UORGs, buscando a racionalidade dos recursos e a celeridade em suas ações, pautadas em eficácia, eficiência e efetividade; e

VIII - representar a ANA em atos de comércio exterior, podendo praticar todos os

atos correlatos necessários, inclusive de negociação e instrução, nos termos das normas e orientações emitidas pela Receita Federal do Brasil – RFB e pelos demais órgãos e entidades competentes, no âmbito federal e estadual.

§ 1º Para o exercício da competência do inciso IX, poderá a SAF delegar atribuições a servidores expressamente designados, mediante portaria previamente aprovada pela Diretoria Colegiada, bem como conferir poderes para o desembaraço aduaneiro a empresas contratadas pela ANA para a prestação de serviços correlatos, após regular procedimento licitatório, nos termos exigidos pela RFB.

§ 2º A SAF não disporá do cargo de superintendente-adjunto, cabendo ao Diretor-Presidente designar as funções de substituto dentre os coordenadores-gerais.

§ 3º À SAF estão subordinadas a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGEP e suas coordenações, a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – COGEF e suas coordenações, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGREL e sua coordenação e divisões, e a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGLIC e suas coordenações.

Art. 126. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades de gestão e administração dos programas de gestão de pessoas – de gestão e desempenho, de dimensionamento da força de trabalho, de qualidade de vida, de ingresso de servidores, de promoção e progressão e de estágio não obrigatório, seguindo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades e a organização das carreiras e dos cargos da ANA, para fins de concurso público, avaliação de desempenho, progressão, promoção e estágio probatório;

III - planejar, supervisionar, orientar e acompanhar a elaboração e a execução do plano anual de capacitação dos servidores da ANA;

IV - promover articulação, cooperação técnica e intercâmbio de experiências e informações com o SIPEC;

V - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência;

VI - coordenar, monitorar e divulgar a implementação e a execução de ações de boas práticas de qualidade de vida no trabalho e do Programa de Gestão e Desempenho – PGD da ANA;

VII - coordenar, monitorar e divulgar a implementação e a execução do Programa de Gestão e Desempenho da ANA;

VIII - planejar e coordenar o Programa de Dimensionamento da Força de Trabalho – PDFT; e

IX - analisar e homologar documentos comprobatórios do tempo de experiência obtido em atividades profissionais anteriores, exercidas no campo específico de atuação da respectiva carreira dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, de Especialista em Geoprocessamento, de Analista Administrativo e de Técnico Administrativo, para fins de promoção nas carreiras.

Parágrafo único. À CGGEP estão subordinadas a Coordenação de Administração de Pessoal Ativo e Inativo – COAPE e a Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento – CCADE.

Art. 127. À Coordenação de Administração de Pessoal Ativo e Inativo – COAPE compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades de administração de recursos humanos relativas ao cadastro e pagamento de pessoal ativo, inativo,

beneficiário de pensão e estagiário, bem como à assistência médica e social, seguindo diretrizes emanadas do SIPEC;

II - coordenar, orientar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal na concessão de direitos e vantagens, bem como na observância do cumprimento de deveres e obrigações pelos servidores;

III - coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades de pessoal, relativas à nomeação, exoneração, lotação, remoção interna e externa, cessão, requisição e redistribuição de servidores, registrando e mantendo atualizados os registros funcionais e de frequência, as férias e os afastamentos previstos na legislação;

IV - controlar e acompanhar os registros no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no Sistema de Informações Cadastrais dos Servidores Públicos Federais – SIAPECad e no Sistema de Cadastro de Atos Cíveis – SISAC, do TCU, bem como outros necessários à execução das atividades de sua competência;

V - acompanhar e executar o programa de estágios não-obrigatórios, seguindo as políticas do SIPEC e as diretrizes estratégicas da ANA;

VI - receber e proceder aos encaminhamentos das demandas de avaliação de desempenho dos servidores; e

VII - analisar, elaborar e publicar os atos administrativos para fins de publicação no DOU e no Boletim de Pessoal e Serviços – BPS, após a deliberação da Diretoria Colegiada.

Parágrafo único. À COAPE estão subordinadas a Divisão de Pagamento – DIPAG e a Divisão de Benefícios, Aposentadoria e Pensão e Legislação Aplicada – DIBAP, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 128. À Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento – CCADE compete:

I - planejar, elaborar e acompanhar a execução da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores, abrangendo as competências essenciais, técnicas e gerenciais, bem como acompanhar os procedimentos relativos a estágios não-obrigatórios, seguindo as políticas do SIPEC e as diretrizes estratégicas da ANA;

II - implementar e acompanhar as ações relacionadas à gestão por competências, em consonância com as diretrizes estratégicas da ANA;

III - implementar e acompanhar a execução do plano anual de capacitação dos servidores da ANA;

IV - acompanhar as atividades desenvolvidas na formação avançada – pós-graduação;

V - planejar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades relativas ao processo de avaliação de desempenho individual, para fins de estágio probatório, de progressão e promoção e de pagamento das gratificações de desempenho devidas aos servidores efetivos do quadro de pessoal da ANA;

VI - acompanhar as atividades relacionadas ao planejamento e à realização de concursos públicos;

VII - planejar e acompanhar o programa de gerenciamento de líderes e talentos;

VIII - planejar, implantar e acompanhar a execução das ações do Programa de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT e manter o respectivo sistema atualizado; e

IX - controlar, executar e acompanhar as atividades pertinentes ao Programa de Gestão e Desempenho – PGD dos servidores e estagiários em exercício na ANA, e manter o respectivo sistema atualizado.

Parágrafo único. À CCADE está subordinada a Divisão de Acompanhamento de Programas de Gestão de Pessoas – DIPGP.

Art. 129. À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil - COGEF compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao Sistema Federal de Orçamento, ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e ao Sistema de Contabilidade Federal – SCF;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das ações e atividades relacionadas à gestão financeira e de receitas orçamentárias, bem como em relação às conformidades de gestão, documental e contábil;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à arrecadação, à cobrança, à restituição e à compensação das receitas, no âmbito da ANA;

IV - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à conformidade de gestão documental e contábil, no âmbito do SIAFI;

V - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de execução orçamentária e financeira junto ao SIAFI e ao Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, dos recursos decorrentes de contratação de operações de crédito externo e contribuições financeiras não-reembolsáveis, inclusive a contrapartida nacional;

VI - coordenar, supervisionar e acompanhar o processo contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

VII - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de tomadas de contas especiais, demonstrativos contábeis e prestação de contas anual da ANA;

VIII - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à concessão e à prestação de contas de suprimentos de fundos;

IX - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de tomadas de contas dos ordenadores de despesa e dos responsáveis por bens e valores públicos, bem como de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade, de que resulte dano ao erário; e

X - subsidiar a ASGOV na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COGEF estão subordinadas a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – COEFI, a Coordenação de Contabilidade – CCONT e a Coordenação de Arrecadação e Cobrança – COARC.

Art. 130. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – COEFI compete:

I - promover as atividades de execução orçamentária e financeira, no âmbito dos sistemas estruturantes – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, SIAFI, Compras.gov.br e Plataforma +Brasil, com vistas à emissão de empenhos e à realização de pagamentos de despesas assumidas pela ANA;

II - executar os procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais junto ao Banco do Brasil e ao Banco Central, relacionados às contratações de câmbio para diárias internacionais, às remessas de recursos ao exterior, à abertura de cartas de crédito de importação, dentre outras;

III - executar os procedimentos orçamentários e financeiros, no SIAFI, relacionados à folha de pagamento de pessoal da ANA;

IV - registrar, no SIAFI, após a devida prestação de contas, os ajustes contábeis e financeiros referentes aos suprimentos de fundos concedidos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;

V - registrar a apropriação orçamentária e financeira, no SIAFI, das devoluções de recursos à ANA;

VI - acompanhar a execução orçamentária de despesas, no Tesouro Gerencial, por subelemento orçamentário, realizadas por dispensa de licitação; e

VII - preencher e proceder aos ajustes necessários, mensalmente, no Portal e-Cac, Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal do Brasil, as informações da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações – EFD-Reinf, no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Art. 131. À Coordenação de Contabilidade – CCONT compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da ANA;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a conformidade contábil dos registros dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos;

III - efetuar os registros contábeis nas unidades gestoras executoras da ANA;

IV - verificar a legalidade e a legitimidade, do ponto de vista contábil, dos atos de gestão que resultem em despesas ou receitas para a ANA;

V - analisar as contas, os balancetes, os balanços e os demonstrativos contábeis das UORGs;

VI - subsidiar as tomadas de contas dos ordenadores de despesa e dos responsáveis por bens e valores públicos, bem como de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade, de que resulte dano ao erário;

VII - efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, bem como comunicar à autoridade competente;

VIII - analisar as prestações de contas dos suprimentos de fundos concedidos;

IX - efetuar e acompanhar os registros de conformidade de usuários operadores, no âmbito do SIAFI e do SIASG;

X - efetuar o cadastramento de usuários no SIAFI, no SIASG, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV e na Plataforma +Brasil;

XI - apoiar o órgão setorial e central do SCF, na gestão do SIAFI; e

XII - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à conformidade de gestão, no âmbito do SIAFI.

Parágrafo único. À CCONT está subordinada a Divisão de Conformidade de Gestão – DICOG, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 132. À Coordenação de Arrecadação e Cobrança - COARC compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à arrecadação, à cobrança, à restituição e à compensação das receitas, no âmbito da ANA;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à emissão de boleto bancário e da Guia de Recolhimento da União – GRU, referentes à arrecadação e à cobrança das receitas da ANA;

III - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à cobrança e à compensação, ao parcelamento e ao reparcimento de créditos, à notificação de devedores e ao ressarcimento de indêbitos;

IV - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à inclusão e à exclusão de inscrição de devedores no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como encaminhar os créditos definitivamente constituídos e inadimplidos para inscrição na Dívida Ativa da União; e

V - subsidiar a COGEF na elaboração da previsão anual de receita com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, para instruir as propostas orçamentárias da ANA, anual e plurianual.

Art. 133. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGREL compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à aquisição, ao controle, à guarda, à distribuição, ao registro e ao cadastramento dos bens móveis pertencentes ao patrimônio da ANA, bem como promover o levantamento físico e elaborar o inventário;

II - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à aquisição de materiais de consumo de uso comum, zelar pelo armazenamento, organização, segurança, distribuição e preservação do estoque de material, bem como proceder ao controle físico e financeiro;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de transporte de pessoas, cargas e materiais, em âmbito nacional, inclusive com respeito à gestão da frota de veículos da ANA;

IV - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de telefonia fixa e móvel, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional;

V - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços gráficos, de reprografia e de apoio logístico a eventos, bem como relativas a outros serviços gerais nas dependências da ANA;

VI - coordenar, acompanhar e orientar a instrução dos processos de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 1993, de interesse da SAF, além de verificar a regularidade formal dos processos instruídos por outras UORGs;

VII - realizar aquisições de pequena monta, por meio de suprimento de fundos, com vistas a atender às demandas emergenciais da ANA;

VIII - propor rotinas visando à melhoria e à racionalização dos serviços, com economicidade dos recursos;

IX - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência;

X - planejar, coordenar e avaliar as ações relativas às práticas sustentáveis, no âmbito da ANA, em articulação com outros órgãos do governo federal;

XI - propor e coordenar, em articulação com as demais UORGs, ações voltadas à elaboração, à implementação e à avaliação do plano de logística sustentável, no âmbito da ANA;

XII - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à concessão de passagens e diárias e das respectivas prestações de contas, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP; e

XIII - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos bens imóveis da ANA e à administração predial, obras e serviços auxiliares;

Parágrafo único. À CGREL estão subordinadas a Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares – COAPO, a Divisão de Logística e Serviços Gerais – DILOG, a Divisão de Patrimônio – DIPAT, a Divisão de Almoxarifado – DIALM e a Divisão de Diárias e

Passagens – DIPAS.

Art. 134. À Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares COAPO compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à manutenção e à segurança predial, às obras e aos serviços de engenharia;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de restaurante, copeiragem, vigilância, brigada de incêndio, recepcionista, chaveiro, confecção de carimbos, carregador, jardinagem, limpeza e conservação;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos bens imóveis da ANA, bem como promover o levantamento físico e elaborar o inventário;

IV - propor rotinas visando à melhoria e à racionalização dos serviços, com economicidade dos recursos;

V - promover a articulação e a cooperação técnica com os órgãos do Complexo Administrativo do Setor Policial;

VI - supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas a consumo de energia elétrica, água e esgoto, bem como propor medidas de economia e controle do desperdício, visando à sustentabilidade;

VII - supervisionar e acompanhar a elaboração de projetos de engenharia e de arquitetura das obras de construção, instalação, reforma e ampliação de imóveis;

VIII - gerir o sistema de administração patrimonial relativo aos bens imóveis sob a guarda da ANA;

IX - realizar aquisições de pequena monta, por meio de suprimento de fundos, com vistas a atender às demandas emergenciais da ANA; e

X - subsidiar a ASGOV na definição da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COAPO está subordinada a Divisão de Obras e Serviços Auxiliares – DIOSA, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 135. À Coordenação Geral de Licitações e Contratos – CGLIC compete:

I – estabelecer diretrizes, políticas e estratégias para o desenvolvimento e a implementação de processos licitatórios, contratuais e de instrumentos congêneres;

II - promover o cumprimento da Lei nº 14.133/2021 e demais instrumentos normativos relacionados a licitações, contratos e instrumentos congêneres;

III – promover a integração entre as áreas de licitação, aquisições e contratos a fim de otimizar os processos administrativos e garantir o cumprimento de prazos e exigências legais;

IV – acompanhar e gerenciar o desempenho das atividades relacionadas a licitações, contratos e instrumentos congêneres da agência;

V – prestar orientação técnica, formalizar e monitorar os contratos administrativos e instrumentos congêneres da ANA;

VI – consolidar e sistematizar as informações referentes aos contratos e instrumentos congêneres da ANA;

VI – prestar orientação técnica e realizar a análise da documentação no âmbito da fiscalização dos contratos administrativos;

VII - elaborar relatórios gerenciais e fornecer informações à Diretoria Colegiada

sobre a execução de contratos e instrumentos congêneres da Agência.

Parágrafo único. À CGLIC estão subordinadas a Coordenação de Aquisições e Contratos – COACO, a Coordenação de Licitação – COLIC e a Coordenação de Gestão e Fiscalização da Execução de Contratos – CGFEC

Art. 136. À Coordenação de Aquisições e Contratos – COACO compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos processos nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação, para aquisição de bens e contratação de serviços;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de formalização de contratos, convênios, atas de registro de preços e outros instrumentos congêneres;

III - efetuar e acompanhar os registros nos sistemas estruturantes e disponibilizar, no SIASG, as informações relativas aos contratos, convênios, atas de registro de preços e outros instrumentos congêneres;

IV - elaborar o apostilamento de contratos, convênios, atas de registro de preços e outros instrumentos congêneres, bem como encaminhar para a publicação no Boletim de Pessoal e Serviço – BPS ou no DOU;

V - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no SICONV e no SIAFI;

VI - subsidiar o ordenador de despesas na avaliação da análise da prestação de contas final de convênios e termos de parceria, para a aprovação da correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados pela ANA; e

VII - subsidiar a ASGOV na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Art. 137. À Coordenação de Gestão e Fiscalização da Execução de Contratos – CGFEC compete:

I - acompanhar a execução das atividades relacionadas à gestão e à fiscalização – técnica, administrativa e setorial dos contratos firmados pela Agência;

II - auxiliar os gestores dos contratos no que for necessário à fiscalização da execução contratual;

III - fiscalizar e acompanhar o recebimento e a conferência dos documentos comprobatórios da prestação de serviços e obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, para fins de pagamento e retenção dos valores para a conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação;

IV - analisar processos de repactuação, reajuste e de reequilíbrio econômico-financeiro de valores contratuais, de acordo com a solicitação do gestor do respectivo contrato, nos termos da legislação vigente;

V - analisar e fiscalizar as garantias contratuais conforme legislação vigente;

VI - subsidiar a SAF na elaboração de informações, referentes aos contratos firmados pela ANA, a serem prestadas à AUD e aos demais órgãos de controle;

VII - propor a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhorias na execução da gestão e fiscalização dos instrumentos contratuais, encaminhando os autos à unidade organizacional competente para ciência;

VIII - registrar os Relatórios Anuais e Finais referentes aos contratos no Sistema contratos.gov.br;

IX - promover e fomentar a difusão de conhecimentos relativos a contratos e instrumentos congêneres, no que se refere à fiscalização e acompanhamento da execução dos

contratos no âmbito da ANA;

X - propor normativos internos, modelos, fluxos, relatórios, controles e manuais objetivando padronizar, uniformizar e aprimorar procedimentos sob sua competência, orientando e interagindo com as demais áreas da ANA;

XI – realizar a gestão orçamentária e das atividades relacionadas às licitações, aos contratos e instrumentos congêneres, relacionados à RHN, à RNQA e ao Centro de Instrumentação e Logística; e

XII - subsidiar a ASGOV na definição da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À CGFEC está subordinada a Divisão de Apoio Administrativo e Logístico à RHN – DIRHN, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 138. À Coordenação de Licitação – COLIC compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos procedimentos licitatórios nas modalidades previstas na legislação, inclusive nos casos de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, incisos III a XXXIV, da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 14.133, de 2021, para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;

II - analisar e qualificar as demandas das áreas demandantes e propor as adequações dos projetos básicos e termos de referência, nos processos licitatórios, junto às unidades demandantes;

III - elaborar minutas de editais de licitação, minutas de contratos e demais documentos, visando à formalização e à instrução dos processos licitatórios, bem como propor o encaminhamento à PFA, para análise e parecer;

IV - realizar o certame licitatório, auxiliar e contribuir com as respostas aos questionamentos, às impugnações de editais e ações correlatas, em parceria com as unidades demandantes ou comissões especiais de licitação, além de adotar as providências necessárias à conclusão dos processos licitatórios, propondo, se for o caso, a realização de diligências, objetivando o esclarecimento de fatos, observando-se os prazos estabelecidos na legislação;

V - efetivar os procedimentos de julgamento de impugnações, de aceitação e de recursos administrativos;

VI - adjudicar a licitação na modalidade pregão, quando for o caso, e encaminhar para a homologação;

VII - providenciar a divulgação de avisos e demais atos relativos à licitação, no DOU, no sítio eletrônico da ANA e no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br;

VIII - elaborar, anualmente, relatório consolidado dos processos de licitação; e

IX - subsidiar a ASGOV na definição da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

CAPÍTULO IX DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Das atribuições dos diretores

Art. 139. São atribuições comuns aos diretores da ANA:

I - executar as decisões tomadas pela Diretoria Colegiada;

II - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares, no âmbito das competências da ANA;

III - zelar pela credibilidade, pela legitimidade, pela representação e pela imagem institucional da ANA;

IV - zelar pelo cumprimento dos planos, programas e projetos de competência da ANA;

V - praticar e expedir os atos de gestão administrativa, no âmbito de suas atribuições;

VI - planejar, coordenar, controlar e supervisionar, de forma articulada, as atividades de processos organizacionais relativas às UORGs;

VII - responsabilizar-se, solidariamente, quanto aos resultados, objetivos e metas de trabalho da ANA, bem como à prestação de contas periódica ao órgão de controle externo da União;

VIII - propor a inserção de matéria na pauta de DIREC, por meio de comunicação à SGE;

IX - determinar a quaisquer UORGs a elaboração de estudos e o envio de informações sobre matéria de sua alçada, bem como, mediante solicitação a seus titulares, convocar servidores para prestar informações de sua competência;

X - zelar pela transparência e pela busca da efetiva participação no processo regulatório;

XI - coordenar programas e projetos que envolvam diferentes UORGs; e

XII - acompanhar periodicamente as atribuições delegadas às UORGs a partir de informações sistematizadas.

Seção II

Das atribuições do Diretor-Presidente

Art. 140. São atribuições do Diretor-Presidente:

I - exercer a representação legal da ANA;

II - presidir as DIRECs e as audiências públicas de iniciativa da ANA;

III - cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria Colegiada;

IV - decidir, *ad referendum* da Diretoria Colegiada, as questões de urgência;

V - decidir, em caso de empate, nas deliberações da Diretoria Colegiada;

VI - praticar os atos de gestão de recursos humanos, aprovar edital e homologar resultado de concurso público, nomear, exonerar, demitir e promover servidores do Quadro de Pessoal da ANA;

VII - requisitar, nomear e exonerar servidores, provendo CGEs, CAs, CASs e CCTs, após a aprovação da Diretoria Colegiada;

VIII – encaminhar, ao CNRH, os relatórios aprovados pela Diretoria Colegiada e os assuntos de competência daquele Conselho;

IX - assinar contratos, convênios, acordos e respectivos aditivos, após deliberação da Diretoria Colegiada;

X - aprovar e assinar os aditamentos que não envolvam recursos financeiros adicionais, bem como autorizar as contratações com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133, de 2021;

XI - ordenar despesas no âmbito de suas atribuições e praticar os atos de gestão de recursos orçamentários e financeiros, nos termos das normas vigentes;

XII - supervisionar o funcionamento das UORGs;

XIII - exercer os atos de gestão relacionados às competências da ANA, nos termos deste Regimento Interno;

XIV - exercer o poder disciplinar;

XV - decidir quanto à homologação, à anulação ou à revogação dos procedimentos licitatórios da ANA;

XVI - delegar atos de gestão administrativa; e

XVII - praticar atos administrativos e normativos de competência da ANA, mandando publicar quando for o caso, em conformidade com as decisões da Diretoria Colegiada.

§ 1º É dispensável a deliberação de que trata o inciso IX, deste artigo, para a aprovação e a assinatura de termos aditivos que não impliquem comprometimento de recursos financeiros adicionais.

§ 2º O Diretor-Presidente, nos seus afastamentos ou impedimentos, será substituído na forma do disposto no art. 4º, parágrafo único, deste Regimento Interno.

§ 3º Em caso de vacância do cargo de Diretor-Presidente, as suas atribuições, no período que anteceder à nomeação de novo Diretor-Presidente, serão desempenhadas por um dos Diretores, indicado na forma do art. 4º, parágrafo único, deste Regimento Interno.

Seção III

Das atribuições do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente e dos coordenadores de gabinete dos diretores

Art. 141. São atribuições do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de sua área de atuação;

II - auxiliar o Diretor-Presidente em sua representação política e social, e no preparo e despacho de seu expediente pessoal;

III - transmitir ordens e despachos do Diretor-Presidente; e

IV - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Diretor-Presidente.

Art. 142. São atribuições dos coordenadores de gabinete dos diretores:

I - assistir diretamente o Diretor no preparo de sua pauta de despachos;

II - apoiar o monitoramento da execução da carteira de projetos e o andamento dos processos, no âmbito da ANA;

III - coordenar, orientar e supervisionar o registro, a tramitação e a guarda de documentos oficiais submetidos ao Diretor;

IV - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, revisão e expedição de documentos oficiais a serem subscritos pelo Diretor;

V - coordenar e orientar a execução das atividades de suprimento e apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades do Diretor; e

VI - adotar medidas destinadas a restringir o acesso indevido e garantir a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos ao Diretor.

Parágrafo único. As atribuições dos coordenadores de gabinete, observadas as competências de cada área, serão executadas de forma articulada com o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente.

Seção IV

Das atribuições do Secretário-Geral

Art. 143. São atribuições do Secretário-Geral:

- I - assessorar a Diretoria Colegiada;
- II - coordenar a organização das DIRECs;
- III - expedir convocações, notificações, despachos, atas e comunicados necessários à atuação da Diretoria Colegiada;
- IV - acompanhar o cumprimento das decisões e determinações da Diretoria Colegiada;
- V - coordenar a gestão de pessoas da SGE; e
- VI - executar ou coordenar outras atividades determinadas pela Diretoria Colegiada.

Seção V

Das atribuições do Procurador-Chefe

Art. 144. Ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à ANA incumbe:

- I - dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pela PFA;
- II - participar das sessões e reuniões de Diretoria Colegiada, sem direito a voto;
- III - elaborar manifestações jurídicas e prestar assessoramento jurídico em assuntos de competência da PFA;
- IV - aprovar, em última instância, as manifestações jurídicas emitidas no âmbito da PFA;
- V - distribuir processos e atribuir tarefas ao Subprocurador-Chefe, aos Coordenadores, aos membros da Procuradoria-Geral Federal e aos servidores em exercício na PFA;
- VI - representar ao Ministério Público ou à Procuradoria-Geral Federal para início de ação civil pública ou ação de improbidade administrativa de interesse da ANA;
- VII - assistir o Procurador-Geral Federal nos assuntos de interesse da ANA, fornecendo-lhe subsídios necessários à sua atuação e eventual intervenção em processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos;
- VIII - avocar processos e tarefas quando a medida se justificar pela relevância, urgência ou para fins de equacionamento de volume de trabalho entre as unidades da PFA; e
- IX - estabelecer, sempre que necessário, um regime de mútua colaboração entre as unidades da PFA.

Parágrafo único. O Procurador-Chefe poderá delegar competências ao Subprocurador-Chefe, aos Coordenadores, aos membros da Procuradoria-Geral Federal e aos servidores em exercício na PFA.

Seção VI

Das atribuições do Auditor-Chefe

Art. 145. São atribuições do Auditor-Chefe:

- I - coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades da AUD;
- II - assessorar a Diretoria Colegiada;
- III - propor a priorização da execução das auditorias ordinárias e extraordinárias;

IV - submeter o PAINT para análise da CGU e à Diretoria Colegiada, para fins de aprovação, em conformidade com os normativos vigentes;

V - encaminhar à CGU o RAINTE;

VI - acompanhar a legislação relacionada ao controle interno e zelar por seu cumprimento;

VII - avaliar, periodicamente, e propor medidas para o aprimoramento dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança na ANA;

VIII - apoiar o Comitê de Governança, Riscos e Controles, salvaguardando sua independência no processo de avaliação do gerenciamento de riscos, controles e governança; e

IX - coordenar a gestão de pessoas da AUD.

Seção VII

Das atribuições do Ouvidor-Geral

Art. 146. São atribuições do Ouvidor-Geral:

I - zelar pela qualidade e pela tempestividade dos serviços prestados pela ANA;

II - acompanhar o processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos interessados contra a atuação da ANA;

III - elaborar e enviar à Diretoria Colegiada o relatório anual de ouvidoria sobre as atividades da ANA; e

IV - coordenar a gestão de pessoas da OUV.

Seção VIII

Das atribuições do Corregedor-Geral

Art. 147. São atribuições do Corregedor-Geral:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correção, no âmbito da ANA;

II - fiscalizar e zelar pela regularidade das atividades funcionais da ANA, inclusive por meio da expedições de recomendações;

III - apreciar as representações que lhe forem encaminhadas relativamente à atuação dos servidores e entes privados que se relacionam com a ANA;

IV - instaurar, de ofício ou por meio de representações, sindicâncias, processos administrativos disciplinares, processos de responsabilização de entes privados e demais procedimentos investigativos e acusatórios para apuração de irregularidades praticadas no âmbito da ANA;

V - decidir sobre o arquivamento de denúncias e representações que não reúnam condições mínimas ou indícios suficientes para a abertura de procedimento correccional de apuração;

VI - submeter ao julgamento da Diretoria Colegiada os processos administrativos disciplinares e processos de responsabilização de entes privados que possam implicar na aplicação de penalidades de sua competência;

VII - determinar a realização de correções nas unidades da ANA;

VIII - exercer as atribuições de unidade de gestão de integridade da ANA;

IX - promover, em articulação com outras UORGs, ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade da ANA; e

X - exercer as demais competências previstas no art. 5º, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Seção IX

Das atribuições do Assessor Especial de Governança

Art. 148. São atribuições do Assessor Especial de Governança:

- I - promover a atuação integrada das UORGs;
- II - apresentar à Diretoria Colegiada, em prazo por ela fixado, relatório de gestão e relatório anual de atividades;
- III - orientar, coordenar e consolidar a elaboração do Planejamento Estratégico, Plano de Gestão Anual e Plano de Gestão de Riscos da Agência;
- IV - gerir o processo de monitoramento e avaliação da estratégia institucional e dos demais planos dispostos no inciso III;
- V - promover a cultura de inovação e gestão de serviços da ANA;
- VI - propor e desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento corporativo;
- VII - atuar como secretário executivo das instâncias do sistema de governança da ANA;
- VIII - assessorar a Diretoria Colegiada nos temas de sua competência;
- IX - coordenar, em articulação com as demais UORGs, o processo de gestão orçamentária, exceto no que couber à Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas; e
- X - coordenar a gestão de pessoas da ASGOV.

Seção X

Das atribuições do Assessor Especial de Qualidade Regulatória

Art. 149. São atribuições do Assessor Especial de Qualidade Regulatória:

- I - assessorar a Diretoria Colegiada, os diretores e os superintendentes na formulação e proposição das metodologias e avaliações utilizadas para a tomada de decisão da ANA;
- II - prover avaliações acerca dos instrumentos regulatórios e da implementação da PNRH, da PNSB e das diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- III - coordenar a gestão de pessoas da ASREG; e
- IV - articular com os superintendentes a integração das metodologias e avaliações formuladas aos processos de trabalho da ANA.

Seção XI

Das atribuições do Assessor Especial Internacional

Art. 150. São atribuições do Assessor Especial Internacional:

- I - prestar assessoria à Diretoria Colegiada e aos Diretores em suas relações com organizações, organismos e fóruns internacionais relacionados aos temas água, segurança de barragens e saneamento básico;
- II - promover a integração e a articulação das atividades da ANA relativas à representação do Brasil junto a organismos internacionais, em articulação com o MRE e outros órgãos e entidades envolvidas em questões de recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico;
- III - propor à Diretoria Colegiada o planejamento, o desenvolvimento e a implementação da agenda internacional, composta de programas, projetos e atividades de interesse da ANA;

IV - coordenar a gestão de pessoas da ASINT; e

V - orientar, coordenar e consolidar o processo de elaboração dos relatórios de responsabilidade da área de atuação.

Seção XII

Das atribuições do Assessor Especial de Comunicação Social

Art. 151. São atribuições do Assessor Especial de Comunicação Social:

I - prestar assessoria à Diretoria Colegiada e aos Diretores nas atividades de comunicação institucional e de comunicação interna, bem como em suas relações com a imprensa;

II - monitorar a implementação da política de comunicação da ANA, bem como propor revisões e atualizações periódicas;

III - orientar as ações da ANA na mídia impressa, falada, televisionada e eletrônica, além daquelas relativas a eventos e cerimonial;

IV - orientar, coordenar e consolidar o processo de elaboração do plano de comunicação da ANA e os relatórios de responsabilidade da área de atuação;

V - coordenar a gestão de pessoas da ASCOM; e

VI - orientar e coordenar as atividades de relações institucionais.

Seção XIII

Das atribuições do Assessor Especial de Assuntos Parlamentares

Art. 152. São atribuições do Assessor Especial de Assuntos Parlamentares:

I - assessorar a Diretoria Colegiada e os Diretores na interlocução com o Poder Legislativo;

II - estabelecer relacionamento com órgãos do Poder Legislativo, promovendo programas, projetos e ações da ANA;

III - coordenar a gestão de pessoas da ASPAR; e

IV - auxiliar os Diretores em audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional.

Seção XIV

Das atribuições dos superintendentes

Art. 153. São atribuições dos superintendentes:

I - planejar, coordenar, controlar e supervisionar a execução, bem como avaliar os processos, projetos e programas da ANA, sob sua responsabilidade, com foco em resultados, de acordo com as diretrizes traçadas pela Diretoria Colegiada;

II - acompanhar a evolução dos indicadores de realização e de desempenho dos programas governamentais que tenham relação com as atividades da ANA, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas;

III - encaminhar, com notas técnicas ou pareceres circunstanciados e conclusivos, os assuntos pertinentes para decisão da Diretoria Colegiada;

IV - encaminhar, quando cabível, relatório de AIR e ARR, e coordenar, em articulação com a SGE, a realização de audiências, consultas públicas e outros meios de participação de interessados;

V - adotar práticas de gestão de risco, controle interno e promoção da integridade;

VI - elaborar o planejamento anual, incluindo a respectiva proposta orçamentária, com quadros de detalhamento de dispêndios, para subsidiar a elaboração do PGA e a proposta

orçamentária da ANA, segundo as diretrizes da Diretoria Colegiada;

VII - apresentar à Diretoria Colegiada propostas de aperfeiçoamento relacionadas às suas atividades bem como visando à eficácia dos procedimentos e à melhoria do ambiente institucional de atuação da ANA;

VIII - contribuir para a elaboração do PEI, do PGA, do PGR, dos relatórios de gestão e das atividades da ANA;

IX - propor aprimoramentos e a integração de processos organizacionais da sua unidade e da ANA;

X - propor a celebração de acordos, ajustes, convênios e contratos, com órgãos e entidades – federais, estaduais e municipais, bem como com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados a recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico, de competência da ANA;

XI - analisar, monitorar e avaliar, sob os aspectos técnico e financeiro, as prestações de contas dos convênios, cabendo ao ordenador de despesas avaliar e aprovar a correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados;

XII - apresentar à Diretoria Colegiada, em prazo por ela fixado, relatório de suas atividades, no mínimo, anualmente;

XIII - receber, manter e zelar pelos bens patrimoniais da ANA, necessários à execução das atividades da respectiva área de competência; e

XIV - coordenar a gestão de pessoas da superintendência e a gestão do PGD em suas respectivas unidades.

Seção XV

Das atribuições dos superintendentes-adjuntos

Art. 154. São atribuições dos superintendentes-adjuntos:

I - assistir o superintendente no desempenho de suas funções regimentais;

II - representar e substituir o superintendente em sua ausência, nos afastamentos e impedimentos legais, e na vacância do cargo;

III - auxiliar o superintendente no desenvolvimento e na implementação dos programas, projetos e atividades da superintendência;

IV - auxiliar o superintendente na gestão física, financeira e de pessoas da superintendência; e

V - executar outras atividades que lhe forem designadas pelo superintendente.

Seção XVI

Das atribuições do Subprocurador-Chefe

Art. 155. Ao Subprocurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à ANA incumbe:

I - auxiliar o Procurador-Chefe no exercício de suas competências;

II - elaborar manifestações jurídicas e prestar assessoramento jurídico em assuntos de competência da PFA;

III - distribuir processos e atribuir tarefas aos Coordenadores, aos membros da Procuradoria-Geral Federal e aos servidores em exercício na PFA;

IV - avocar processos e tarefas quando a medida se justificar pela relevância, urgência ou para fins de equacionamento de volume de trabalho entre as unidades da PFA;

V - substituir o Procurador-Chefe nos seus afastamentos, impedimentos regulamentares, na vacância do cargo ou quando por ele previamente determinado; e

VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe.

Seção XVII

Das atribuições dos coordenadores-gerais

Art. 156. São atribuições dos coordenadores-gerais:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações das áreas de competência da coordenação-geral, comprometendo-se com a gestão de riscos e integridade;

II - decidir, em conjunto com o superintendente, as diretrizes técnicas da área de competência da coordenação-geral;

III - gerenciar a atuação integrada dos processos das coordenações, a fim de garantir o suporte adequado para o alcance dos objetivos estratégicos da ANA;

IV - gerenciar pessoas e promover o desenvolvimento profissional dos servidores lotados na área de atuação;

V - representar, quando designado, o superintendente em eventos e reuniões;

VI - coordenar a gestão de pessoas da coordenação-geral; e

VII - atestar notas técnicas e pareceres de questões relativas à competência das coordenações de sua área, subsidiando a tomada de decisão baseada em evidências.

Seção XVIII

Das atribuições dos coordenadores

Art. 157. São atribuições dos coordenadores:

I - auxiliar o chefe da UORG na definição de diretrizes técnicas da área de competência da coordenação;

II - auxiliar o chefe da UORG no planejamento, na coordenação, no monitoramento e na avaliação das ações da área de competência da coordenação;

III - coordenar a proposição de ações da área de sua competência, com vistas a subsidiar a formulação da proposta orçamentária da superintendência ou da UORG de atuação;

IV - coordenar a elaboração da AIR e ARR, nos termos do art. 10, nos assuntos da área sob sua responsabilidade;

V - acompanhar a tramitação de processos e documentos de interesse da coordenação;

VI - atestar notas técnicas e pareceres de questões relativas à competência da coordenação;

VII - acompanhar a agenda do superintendente ou do chefe da UORG a que estiver subordinado;

VIII - representar, quando designado, o superintendente ou chefe da UORG em eventos e reuniões;

IX - providenciar a formulação de respostas a pedidos de informações que envolvam as competências da coordenação;

X - propor, monitorar e avaliar as metas institucionais e individuais previstas no PGD, da área de competência da coordenação;

XI - propor ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores da coordenação;

XII - fornecer informações acerca das ações sob responsabilidade da coordenação;

XIII - orientar a gestão de contratos, convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica, termos de parceria e contratos de repasse sob responsabilidade da

coordenação; e

XIV - subsidiar o chefe da UORG na avaliação dos servidores com vistas à progressão funcional, à promoção na carreira e ao desempenho deles em estágio probatório, e na gestão do PGD.

§ 1º O Diretor-Presidente disporá, para seu gabinete, de dois cargos em comissão CCT V e cada Diretor de um cargo em comissão CCT V, que terão atribuição de prestar aconselhamento técnico e realizar as atividades que facilitem o processo decisório da ANA.

§ 2º Cada UORG disporá de um cargo em comissão CCT IV, responsável por prestar assessoramento ao chefe da UORG e aos coordenadores, nas atividades relativas ao processo decisório, bem como por zelar pela conformidade técnica dos processos, na consolidação das informações, na gestão de projetos e processos, nas proposições de elaboração e execução orçamentária e nas atividades relativas à gestão de pessoas.

Seção XIX

Das atribuições dos assessores

Art. 158. São atribuições dos assessores:

I - prestar assessoria ao Diretor na execução das atividades de sua área de atuação;

II - auxiliar o Diretor no planejamento e no desenvolvimento de estudos relativos à área de atuação;

III - orientar, coordenar e consolidar o processo de elaboração dos relatórios de responsabilidade da área de atuação; e

IV - apoiar o Diretor no processo de fortalecimento da integração e da articulação entre as UORGs e da ANA com as contrapartes externas.

Parágrafo único. Cada Diretor dispõe de um Assessor, em seu GAB-DIR.

Seção XX

Das disposições finais e transitórias

Art. 159. O ex-diretor fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar quaisquer serviços no setor regulado pela ANA, por um período de seis meses, contado da exoneração do cargo ou do término do mandato.

§ 1º Durante o impedimento, o ex-diretor ficará vinculado à ANA, fazendo jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes.

§ 2º Na hipótese de o ex-diretor ser servidor público, poderá ele optar pela aplicação do disposto no § 1º, ou pelo retorno ao desempenho das funções de seu cargo efetivo ou emprego público, desde que não haja conflito de interesse.

§ 3º Incorre na prática de crime de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-diretor que violar o impedimento previsto neste artigo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, administrativas e civis.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo ao ex-diretor exonerado a pedido, se este já tiver cumprido pelo menos seis meses do seu mandato.

§ 5º Incluem-se no período a que se refere o *caput* eventuais períodos de férias não gozadas.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO

Nível	Valor (R\$)	Quantidade	Despesa (R\$) Proposta
CD - I	19.001,04	1	19.001,04
CD - II	18.050,99	4	72.203,96
CGE - I	17.100,92	13	222.311,96
CGE - II	15.200,82	4	60.803,28
CGE - III	14.250,77	14	199.510,78
CGE - IV	9.500,51	11	104.505,61
CA - II	14.250,77	10	142.507,70
CAS - I	3.001,23	2	6.002,46
CAS - II	2.601,06	1	2.601,06
CCT - V	3.612,59	84	303.457,56
CCT - IV	2.639,94	15	39.599,10
CCT - III	1.339,54	18	24.111,72
CCT - II	1.180,88	32	37.788,16
TOTAL		209	1.234.404,39



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro**, **Diretora**, em 25/02/2025, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco José Melo Neves**, **Diretor interino**, em 25/02/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Sánchez da Cruz Rios**, **Diretora-Presidente**, em 25/02/2025, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jorge Medeiros**, **Diretor interino**, em 26/02/2025, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nazareno Marques de Araújo**, **Diretor interino**, em 26/02/2025, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ana.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0011482** e o código CRC **325A2418**.

